

**A Tradução do Discurso Político:
Contextos de Poder na Imprensa Portuguesa do Século XX**

Dulce Margarida Guerreiro Afonso

**Dissertação de Mestrado em Tradução
Especialização em Inglês**

Setembro 2012

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Tradução - Especialização em Inglês, realizada sob a orientação científica da Prof. Doutora Iolanda Ramos.

*A quem desde sempre e para sempre me ensinou:
«O essencial, para cada um de nós, foi a nossa participação pessoal,
a história das nossas emoções, dos nossos sentimentos, da nossa euforia,
das nossas invenções, do nosso empenhamento, das nossas alegrias,
das nossas preocupações, da nossa entrega, da nossa utopia.»*

Obrigada Pai.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Prof. Doutora Iolanda Ramos, pelo inabalável entusiasmo com que me apoiou desde o primeiro momento e por todas as vezes que me (re)orientou para o caminho certo.

A todos os meus professores do Mestrado de Tradução, Prof. Doutora Ana Maria Bernardo, Prof. Doutora Zulmira Castanheira, Prof. Doutora Maria Francisca Xavier, Professor Doutor Filipe Furtado e Mestre David Hardisty, pelo prazer que foi fazer este Mestrado.

À Prof. Doutora Gabriela Gândara Terenas por me ter recebido generosamente nas suas aulas.

À Dra. Teresa Ferreira, minha professora de Tradução na Pós-Graduação de Edição de Livros, da Universidade Católica, em 2008, que me mostrou como a Tradução podia ser um assunto fascinante e que me pôs no caminho em que agora me encontro.

Ao Prof. Doutor Paulo Cardoso do Amaral, amigo de infância, pela sua infinita paciência para com todas as minhas dúvidas e questões.

À minha família e amigos pelo amor e compreensão, os quais nunca poderei agradecer suficientemente.

À minha Mãe, pelo Exemplo.

**A TRADUÇÃO DO DISCURSO POLÍTICO:
CONTEXTOS DE PODER NA IMPRENSA PORTUGUESA
DO SÉCULO XX**

DULCE MARGARIDA GUERREIRO AFONSO

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: tradução, discurso político, imprensa, poder, censura

Esta dissertação pretende ser um contributo para o estudo das relações existentes entre Tradução, Imprensa e Poder. O seu propósito é investigar se um determinado contexto político de chegada - situado em Portugal no início dos anos 60 do século XX - influenciou de facto a forma como a tradução de discursos políticos exteriores foi apresentada pela imprensa.

O enquadramento deste estudo é dado pelas características do referido contexto de chegada, onde vigorava o regime ditatorial do Estado Novo, apoiado numa Censura oficial e omnipresente, e pelos dois discursos escolhidos, que têm em comum o facto de serem anglófonos e o facto de fazerem referências ao colonialismo e à auto-determinação dos povos. Estes temas, de grande visibilidade internacional, tornaram-se num assunto sensível à sobrevivência do próprio regime a partir dos anos 60.

O objectivo do trabalho é assim provar que, para defender a sua integridade, o regime encontrou formas de interferir na tradução, nomeadamente através dos seus mecanismos censórios, pelo que procurará identificar evidências de manipulação ou constrangimento da tradução, a presença de estratégias tradutórias específicas e a utilização de estruturas discursivas reveladoras de intencionalidade. Para tal, recorre a autores como Christina Schäffner, Susan Bassnett, Teun van Dijk, entre outros.

**TRANSLATION OF POLITICAL DISCOURSE:
CONTEXTS OF POWER IN THE 20TH CENTURY
PORTUGUESE PRESS**

DULCE MARGARIDA GUERREIRO AFONSO

ABSTRACT

KEYWORDS: translation, political discourse, press, power, censorship

This paper is intended to be a contribution to the study of the relationship between Translation, Press and Power. Its purpose is to investigate whether a particular political context - located in Portugal at the beginning of the 60s of the twentieth century - in fact influenced how the translation of foreign political discourses was presented in the press.

The framework of this study is given by the characteristics of that context, which lived under the dictatorial regime of Estado Novo, supported by an official and omnipresent censorship, and by the two chosen political discourses, which have in common the fact that they both are written in English and both make references to colonialism and self-determination of peoples. These subjects, of large international visibility, have become a sensitive issue for the survival of the regime itself from the beginning of the 60s.

The aim of this work is thus to prove that, in order to defend its integrity, the regime found ways to interfere in the political discourses translation, particularly through its censorship mechanisms; so this study will seek to identify evidence of manipulation of the translation, the presence of specific translational strategies and the use of discursive structures revealing intentionality. Therefore this research resorts to authors as Christina Schäffner, Susan Bassnett, Teun van Dijk, among others.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

1. A Ideia - *Um Caminho Sinuoso* 1
2. A Pergunta, a Hipótese e os Objectivos - *Coordenadas do Percorso* 4
3. Metodologia - *O Mapa da Primeira à Última Etapa* 6

PARTE I: REVISÃO DE LITERATURA

De que Falamos Quando Falamos de Tradução, Poder e Imprensa?

- I. 1. O Discurso Político e a Notícia de Jornal - *Tipos de Texto Assim Tão Diferentes?*..... 8
- I. 2. A Imprensa Como Veículo de Transmissão do Discurso Político - *Uma Relação Pragmática* 12
- I. 3. A Tradução na Imprensa em Contexto de Ditadura - *Se Não Podes Vencê-los Junta-te a Eles?* 20

PARTE II: ENQUADRAMENTO POLÍTICO DA ÉPOCA DOS DISCURSOS

No Início dos Anos 60 do Século XX, o Mundo Todo Acelerava em Direcção ao Futuro. Todo? Não. Um Pequeno País Resistia Ainda e Sempre ao «Vento de Mudança».

- II. 1. No Mundo: Desenvolvimento Económico do Pós-Guerra, Situação Política de Guerra Fria, Descolonizações e Independências 23
- II. 2. Em Portugal: Ideologia do Estado Novo, Império Colonial ou Províncias Ultramarinas, a Censura e a Imprensa 25

PARTE III: ANÁLISE DAS TRADUÇÕES DOS DISCURSOS

Discursos que Mudaram o Mundo ou Discursos Que Nasceram do Mundo em Mudança?

- III. 1. Introdução e Metodologia - *Da Pergunta à Resposta* 34

III. 2. « <i>The Wind of Change</i> »	
III. 2. 1. O Contexto de Partida e o Discurso	38
III.2. 2. O Contexto de Chegada e a Recepção na Imprensa Portuguesa	39
III.2. 3. Análise comparativa das traduções	41
III. 2. 4. Conclusões	48
III. 3. « <i>A World of Free and Equal States</i> »	
III. 3. 1. O Contexto de Partida e o Discurso	50
III. 3. 2. O Contexto de Chegada e a Recepção na Imprensa Portuguesa	51
III. 3. 3. Análise comparativa das traduções	53
III. 3. 4. Conclusões	59
CONCLUSÃO E REFLEXÕES FINAIS	60
BIBLIOGRAFIA	64
ANEXOS	
A- Quadro educativo de «A Lição de Salazar»	i
B- Alguns quadros da «Nação Pluricontinental»	ii
C- Alguns quadros da «Nação Multirracial»	iv
D- Discurso integral de Harold Macmillan.....	v
E1 - DIÁRIO DA MANHÃ, 05 Fev 60 - Reprodução da Página	x
E2 - DIÁRIO DA MANHÃ, 05 Fev 60 - Transcrição do Artigo Analisado	xi
E3 - DIÁRIO DA MANHÃ, 05 Fev 60 - Tabela Comparativa	xii
F1 - DIÁRIO DA MANHÃ, 06 Fev 60 - Reprodução da Página	xix
F2 - DIÁRIO DA MANHÃ, 06 Fev 60 - Transcrição do Artigo Analisado	xx
F3 - DIÁRIO DA MANHÃ, 06 Fev 60 - Tabela Comparativa	xxi
G1 - DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 04 Fev 60 - Reprodução da Página	xxiii
G2 - DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 04 Fev 60 - Transcrição do Artigo Analisado	xxv
G3 - DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 04 Fev 60 - Tabela Comparativa	xxvi
H1 - DIÁRIO DE LISBOA, 06 Fev 60 - Reprodução da Página	xxxiii
H2 - DIÁRIO DE LISBOA, 06 Fev 60 - Transcrição do Artigo Analisado	xxxv

H3 - DIÁRIO DE LISBOA, 06 Fev 60 - Tabela Comparativa	xxxvii
I - Discurso integral de John F. Kennedy	xliv
J1 - DIÁRIO DA MANHÃ, 26 Set 61 - Reprodução da Página	xlix
J2 - DIÁRIO DA MANHÃ, 26 Set 61 - Transcrição do Artigo Analisado	li
L1 - DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 26 Set 61 - Reprodução da Página	liv
L2 - DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 26 Set 61 - Transcrição do Artigo Analisado	lvi
M - DIÁRIO DA MANHÃ e DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 26 Set 61 - Tabela Comparativa	lx
N1 - DIÁRIO DE LISBOA, 25 Set 61 - Reprodução da Página	lxxvii
N2 - DIÁRIO DE LISBOA, 25 Set 61 - Transcrição do Artigo Analisado	lxxviii
N3 - DIÁRIO DE LISBOA, 25 Set 61 - Tabela Comparativa	lxxix

INTRODUÇÃO

1. A Ideia - *Um Caminho Sinuoso*

Esta dissertação pretende ser um contributo para o estudo das relações existentes entre Tradução, Imprensa e Poder, através da análise da tradução de vários discursos políticos anglófonos, na imprensa portuguesa, num determinado período do século XX.

Sendo o título da nossa dissertação, «A Tradução do Discurso Político: Contextos de Poder na Imprensa Portuguesa do Século XX» optámos, devido a razões que descrevemos de seguida, por restringir os contextos de poder a um período específico do século XX - os anos iniciais da década de 60.

A ideia que esteve na base desta dissertação surgiu de um trabalho de tradução feito no âmbito deste Mestrado, e que tinha como base o discurso político de Barack Obama, na aceitação do Prémio Nobel da Paz, em Dezembro de 2009. Um breve enquadramento desse discurso lembra-nos que Barack Obama tinha sido eleito Presidente dos EUA há poucos meses (fora empossado em Janeiro de 2009) e que os EUA estavam, na altura, envolvidos nas guerras do Iraque e do Afeganistão.

Por essa razão, a atribuição deste Prémio Nobel da Paz suscitou alguma polémica, a que Obama (2009) respondeu no seu discurso de aceitação do prémio: «*And yet I would be remiss if I did not acknowledge the considerable controversy that your generous decision has generated. (...) But perhaps the most profound issue surrounding my receipt of this prize is the fact that I am the Commander-in-Chief of the military of a nation in the midst of two wars*».

Nesse mesmo discurso, claramente político, referiu o facto de a guerra existir como uma das mais antigas actividades humanas, cuja erradicação será utópica, mas o simples facto de existir essa probabilidade deve ser utilizado como factor de dissuasão de conflitos, manutenção da paz e do equilíbrio global de poderes: «*We must begin by acknowledging the hard truth: We will not eradicate violent conflict in our lifetimes. There will be times when nations – acting individually or in concert – will find the use of force not only necessary but morally justified*».

O trabalho em causa consistia em traduzir o discurso e, depois, em procurar referências a ele feitas na imprensa portuguesa, nomeadamente através de traduções. Ao descobrirmos determinados padrões na selecção das ideias e dos momentos do discurso considerados mais relevantes pela imprensa, para tradução e divulgação junto do grande público - e que não coincidiam com aqueles que esperávamos e que, na nossa opinião, seriam naturais - surgiu-nos a curiosidade de tentar perceber como situações similares teriam sido abordadas pela imprensa portuguesa, em épocas importantes da História de Portugal, relacionadas também elas com situações de guerra e com os contextos de poder vigentes em cada uma.

Foi assim que se iniciou o «caminho sinuoso» a que se refere o título deste subcapítulo.

A nossa pergunta exploratória procurava saber se, ao longo do século XX, quando havia discursos políticos (de origem anglófona) motivados por situações de guerra, a tradução desses discursos pela imprensa portuguesa era influenciada pelos contextos políticos aqui existentes.

Nessa primeira abordagem procurámos seleccionar três momentos diferentes ao longo do século XX, mas que tivessem em comum os contextos de partida (guerra) e os contextos de chegada (ditadura e censura).

Os discursos escolhidos foram então: «*Speech of the 14 Points*», de Woodrow Wilson, Presidente dos Estados Unidos, a 10 de Janeiro de 1918, feito no fim da I Guerra Mundial e revelando as condições para a paz - em Portugal governava Sidónio Pais, em regime ditatorial, depois do golpe de Estado levado a cabo em Dezembro de 1917; «*Blood, Toil, Tears and Sweat*», de Winston Churchill, na tomada de posse como 1.º Ministro da Grã-Bretanha, durante a II Guerra Mundial, a 14 de Maio de 1940, afirmando o total empenhamento das suas forças no conflito; e «*A World of Free and Equal States*», primeiro discurso perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, de John F. Kennedy, Presidente dos Estados Unidos, a 25 de Setembro de 1961, onde aborda, num dos pontos, o tema dos conflitos coloniais. Nestas duas alturas, Maio de 1940 e Setembro de 1961, em Portugal governava Salazar, na continuidade de um regime iniciado com o golpe de 28 de Maio de 1926.

Depois de um levantamento de toda a imprensa diária de cada uma das épocas, seleccionámos dois periódicos de cada uma delas, segundo o critério da sua conotação ideológica (a favor e contra os regimes), e tentámos demonstrar a hipótese de que haveria diferenças óbvias entre as abordagens (e respectivas traduções) desses jornais, devido precisamente às suas posições ideológicas opostas, e procurando identificar, simultaneamente, o nível de intervenção da Censura em cada um deles.

No entanto, com alguma surpresa, demo-nos conta de que as diferenças na escolha e tradução dos temas eram mínimas, e por vezes inexistentes. Chegámos à conclusão de que a maioria dos periódicos - e essencialmente nas épocas de 1918 e 1941 - reproduzia quase integralmente os textos e traduções que lhes chegavam das Agências Noticiosas. Apercebemo-nos então, nesta fase, que as Agências Noticiosas seriam um novo factor a considerar na investigação - contudo, algumas tentativas de consultar e reunir informação referente à produção das Agências Noticiosas nestas duas épocas mais distantes revelou-se difícil e infrutífera.

Ficou-nos a ideia, todavia, de que aquilo que nos parecia óbvio não o era de todo e que as perguntas a fazer e hipóteses a colocar teriam de ser reformuladas de novas e diferentes perspectivas.

O passo seguinte no caminho percorrido até este ponto foi, assim, considerar como mais interessante para novos desenvolvimentos o início da década de 1960, coincidente com o princípio da Guerra Colonial, a última em que Portugal esteve envolvido, existindo simultaneamente, como vimos, um regime político ditatorial e uma Censura oficialmente instituída. O seu âmbito seria o mais passível de ser estudado através de critérios fiáveis, permitindo conclusões de maior solidez, pois os dados disponíveis para investigação configuravam a possibilidade de uma base empírica mais alargada, ao contrário das outras duas épocas.

Este é evidentemente um trabalho exploratório, que não se esgota em si mesmo, e que se pretende que seja a porta de entrada para um aprofundamento prático e teórico do tema da Dissertação, a desenvolver futuramente.

2. A Pergunta, a Hipótese e os Objectivos - *Coordenadas do Percorso*

Sendo assim, o que é que poderia ser relevante, pertinente e inovador neste trabalho?

Partindo de vários pressupostos (justificados na Parte II):

- que o regime do Estado Novo, em Portugal, tinha na manutenção do império colonial um dos seus alicerces de base;

- que entre as décadas de 50 e 60 do século XX os impérios coloniais europeus foram postos em causa, bem como as filosofias políticas que os sustentavam;

- que a partir de 1960 o assunto do colonialismo debatido internacionalmente se tornou crescentemente sensível para o regime do Estado Novo;

- que o ano de 1961 foi especialmente dramático no que diz respeito à solidez do império colonial português como tal, primeiro com os acontecimentos que despoletaram a guerra pela independência em Angola, em Fevereiro e Março desse ano, e depois com a bem-sucedida invasão de Goa pela Índia, em Dezembro do mesmo ano;

propomos a seguinte pergunta de investigação:

será que a tradução e publicação na imprensa de discursos políticos estrangeiros referentes ao tema do colonialismo - assunto sensível à sobrevivência do regime a partir dos anos 60 - eram influenciadas pela existência da Censura e da sua inerente manipulação da informação?

À partida pode parecer óbvio responder afirmativamente, na sequência de estudos e pesquisas já realizados no âmbito das relações entre Tradução, *Media* e Poder: por um lado, alguns estudos apontam para a comprovada influência da Censura na tradução de obras literárias, como acontece, por exemplo, em *Translation and Censorship in Different Times and Landscapes*, de Teresa Seruya e Maria Lins Moniz (2008) ou em *Traduzir em Portugal durante o Estado Novo* (2009) das mesmas autoras; por outro lado, outros estudos demonstram o papel dos *media* na tradução e disseminação do discurso político, mas não consideram de que forma este papel é afectado em situações de existência de

Censura, como, por exemplo, em *Political Discourse, Media and Translation*, editado por Christina Schäffner e Susan Bassnett (2010).

Portanto, a nossa hipótese é a de que o contexto político específico de chegada - caracterizado por ditadura e conseqüente Censura - terá influenciado de facto a forma como a tradução dos discursos políticos referentes ao tema do colonialismo foi apresentada na imprensa.

Por outras palavras, pretendemos demonstrar, na prática, para a tradução do discurso político na imprensa, aquilo que a teoria já afirma relativamente à imprensa noticiosa e à literatura em geral - que, em regimes de ditadura, quando os temas são sensíveis para a boa manutenção dos mesmos, a interferência da Censura é inevitável.

Os nossos objectivos passam então por, através da análise de dois discursos anglófonos que tiveram indiscutível relevância na época para uma nova abordagem política internacional do colonialismo, identificar evidências de manipulação ou constrangimento na tradução, reveladas pela presença de estratégias tradutórias específicas e pela utilização de estruturas discursivas reveladoras de intencionalidade.

Os discursos escolhidos como textos de partida foram:

- «*The Wind of Change*»

de Harold Macmillan, Primeiro-Ministro britânico, feito no Parlamento Sul-Africano, a 03 de Fevereiro de 1960.

Macmillan defendeu, neste discurso, em pleno território do *apartheid*, o direito dos povos africanos a aspirar à liberdade, auto-determinação e igualdade.

- «*A World of Free and Equal States*»

de John F. Kennedy, Presidente dos Estados Unidos, primeiro discurso perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, a 25 de Setembro de 1961.

Em período de Guerra Fria, Kennedy aborda, num dos pontos deste discurso, o tema dos conflitos coloniais que ainda subsistem no mundo, referindo-se não só a África, quando a questão do início da guerra em Angola era um tema quente na ONU, mas também aos países submetidos pela então União Soviética.

Quanto aos textos de chegada, consistem nas traduções encontradas nas edições dos seguintes jornais diários, que serão caracterizados na Parte II. 1.:

Diário da Manhã; Diário de Notícias; Diário de Lisboa

3. Metodologia - O Mapa da Primeira à Última Etapa

O modelo de investigação escolhido para este trabalho integra as vertentes comparativa e causal. É um modelo de investigação qualitativo que parte de uma base empírica identificada no âmbito deste trabalho (cf. Williams and Chesterman, 2002).

Numa fase inicial, como já dissémos, partimos da análise comparativa das traduções de três jornais diários da época, para cada um dos discursos em causa. Numa fase posterior, procuramos demonstrar que o porquê de determinadas opções de tradução se relacionou essencialmente com o ambiente político-social e suas restrições, explícitas e implícitas, à liberdade de expressão e circulação de ideias.

Embora o modelo empírico das ciências exactas procure tornar objectivável uma parcela da realidade recorrendo a métodos quantitativos, sabemos que estes métodos se têm revelado insuficientes para abarcar devidamente os objectos das ciências humanas e sociais (Bernardo, 2009:703).

Nessa perspectiva, esperamos conseguir concluir com uma larga margem de certeza que é expectável uma determinada relação de causa-efeito sempre que estejam em presença determinados contextos de partida e de chegada, no que à tradução de discursos políticos diz respeito.

Pretendemos confirmar a hipótese colocada, de tal forma que as conclusões possam ser o ponto de partida para um alargamento sustentado e cuidadoso desta área de investigação.

Assim, a metodologia desenrola-se nas seguintes etapas:

1. Selecção dos discursos e caracterização dos contextos sócio-políticos de partida - seleccionamos dois discursos relevantes do início da década de 60 do século XX, em língua inglesa, com contextos de partida de características semelhantes.

2. Caracterização dos contextos de chegada - caracterizamos sócio-politicamente os contextos de chegada em que essas traduções foram publicadas e demonstramos que a sua relevância justificou a sua tradução na imprensa portuguesa da época.
3. Análise comparativa das traduções - analisamos comparativamente as traduções feitas nos jornais escolhidos, detectando as diferenças nas variáveis que escolhemos para análise (descritas na Parte III. 1.).
4. Conclusões - a partir das variações encontradas, tiramos conclusões sobre a real influência dos contextos de poder na forma de abordagem - de que a tradução faz parte - da imprensa aos discursos políticos de conteúdo relevante para a sociedade, tentando desta forma responder à pergunta que nos motivou a investigar este tema.
5. Trabalhos futuros - abordamos finalmente alguns caminhos que podem abrir-se a investigação futura, a partir dos resultados desta dissertação.

Tendo em conta o processo acima descrito, optámos pela seguinte estrutura para a apresentação deste trabalho.

A Introdução apresenta os antecedentes da ideia que presidiu à escolha do tema da dissertação, a pergunta de investigação inicial e respectiva hipótese, objectivos, algumas justificações das opções feitas e a metodologia utilizada.

A Parte I ocupa-se da definição e discussão dos conceitos essenciais à operacionalização da hipótese, bem como uma panorâmica dos estudos mais relevantes no âmbito desses conceitos e áreas de investigação.

A Parte II descreve o enquadramento político da época dos discursos, tanto no Mundo como em Portugal.

A Parte III dedica-se à análise das traduções dos discursos, iniciando-se com uma introdução à investigação e um aprofundamento da metodologia utilizada. Divide-se depois em dois subcapítulos idênticos, um para a análise de cada discurso. Têm a mesma estrutura que inclui: enquadramento do discurso no contexto de partida, descrição do contexto de chegada do discurso e sua recepção na imprensa portuguesa, análise

comparativa das traduções em cada um dos jornais seleccionados e conclusões intermédias relativas às análises comparativas referidas.

Por último, a Conclusão e Reflexões Finais, que procuram sistematizar e interpretar a informação resultante desta investigação e tirar as conclusões possíveis, mostrando que estas trazem, se não informação nova, então algum valor acrescentado ao fenómeno em estudo. Propõe-se também que o alargamento do tema seja objecto de investigação futura.

PARTE I

REVISÃO DE LITERATURA

De que Falamos Quando Falamos de Tradução, Poder e Imprensa?

I. 1. O Discurso Político e a Notícia de Jornal - *Tipos de Texto Assim Tão Diferentes?*

Ao iniciarmos a análise a que nos propomos nesta dissertação começamos por identificar e classificar os textos que constituem o seu *corpus*.

Temos, por um lado, dois discursos políticos, como textos de partida, e por outro, como textos de chegada, várias notícias de jornal, que incorporam traduções dos dois discursos.

Uma vez que o modelo de investigação escolhido integra uma vertente comparativa entre textos de chegada e de partida, recorreremos a uma tipologia de textos que nos permite reconhecer adequadamente as características dos mesmos. Seguidamente, a vertente causal do modelo procurará inferir o porquê dos critérios utilizados nas traduções, tentando responder à pergunta de investigação e confirmar a hipótese colocada.

Num artigo inédito¹, intitulado «Tipo, Género e Espécie de Texto - Para Uma Classificação Textual Relevante para a Tradução», Ana Maria Bernardo aborda a problemática da definição de tipologias de textos e depois a aplicação de algumas tipologias à tradução. Bernardo diz-nos que a subdivisão dos textos em tipos, géneros e

¹ Artigo no prelo, gentilmente cedido pela autora, a quem agradecemos a pronta disponibilização do mesmo.

espécies é influenciada pela abordagem que é feita à sua textualidade e identifica quatro abordagens possíveis: gramatical, semântica, pragmático-comunicativa e cognitiva.

Tendo em conta os objectivos do nosso trabalho, destacamos os factores relevantes no que diz respeito à abordagem pragmático-comunicativa, a qual «evidencia a situacionalidade, a intencionalidade e a funcionalidade (...) como traves-mestras da textualidade».

O mesmo artigo identifica depois as três tipologias «mais pertinentes para a actividade tradutória» como sendo as de K. Reiss, W. Koller e J. House.

Em 1971, Reiss apresentou a sua tipologia de textos com base em três funções da linguagem muito específicas: informativa, expressiva e apelativa (Reiss, 2000). Mais tarde (1976) passaria a designar o tipo apelativo como operativo e introduziria o tipo audio-medial.

Resumidamente, eis o que define cada um dos três tipos de texto iniciais de Reiss (Reiss, 2000 e Bernardo):

Informativo - comunicação de informação factual, usando linguagem funcional e orientada para o assunto. O texto estrutura-se apenas ao nível semântico-sintático. A tradução é também orientada para o assunto e revela invariância de conteúdo.

Expressivo - composição criativa orientada para o emissor, em que o autor explora conscientemente as possibilidades de expressão e associação da linguagem para comunicar. O texto estrutura-se duplamente, ao nível semântico-sintático e de organização estética, pelo que a sua função é ao mesmo tempo linguística e artística. A tradução valoriza o emissor.

Operativo - texto que procura influenciar o comportamento, desencadeando uma acção ou reacção por parte do receptor, sendo a sua função, ao mesmo tempo, linguística e psicológica. O texto pode ser dupla ou triplamente estruturado, ao nível semântico-sintático, ao nível da persuasão e, por vezes, ao nível de organização estética, com linguagem predominantemente apelativa. A tradução é orientada para a reprodução do efeito apelativo.

Quanto a Koller, Bernardo resume assim a sua classificação textual:

Koller subdivide o mundo textual em duas grandes categorias, os [textos] ficcionais (em que prevalecem as conotações) e os técnico-científicos (em que a denotação é primordial e que se devem caracterizar pela adequação linguística e estilística). Estes últimos subdividem-se ainda em textos utilitários / pragmáticos e textos científicos, os quais, por seu turno, ainda podem ser textos de divulgação científica e textos científicos no sentido restrito.

Por último, House apresenta um modelo de operacionalização para a crítica de tradução que introduz o conceito de perfil textual. Este modelo baseia-se em quatro níveis: o texto, o género, o registo e a função. Para a autora,

(...) genre is a socially established category characterized in terms of occurrence of use, source and a communicative purpose (...) genre might serve as a category linking register (which realizes genre) and the individual textual function (which exemplifies genre). (House, 1997:107)

O registo é definido através de três parâmetros:

FIELD («the field of activity, the topic, the content of the text or its subject matter»); TENOR («the nature of the participants, the addresser and the addressees, and the relationship between them»); MODE («refers to both the channel - spoken or written (which can be “simple” (...) or “complex” (...)) and the degree to which potential or real participation is allowed between the interlocutors») (House, 1997:108-109).

Procedente da análise dos níveis anteriores, a função textual individual comporta duas componentes funcionais: a interpessoal (ficcional ou não-ficcional) e a ideacional (técnico ou não-técnico). É a este nível que deverá funcionar a equivalência funcional da tradução (House, 1997:112).

Tendo em conta esta exposição, podemos enquadrar o discurso político como um texto operativo, cuja função é persuadir e no qual a linguagem apelativa e a organização estética são fundamentais.

Já o texto jornalístico, referido de uma forma genérica, é de classificação mais complexa. Como nos diz Jorge Pedro Sousa em *Elementos do Jornalismo Impresso* (2001:231), «os géneros jornalísticos correspondem a determinados modelos de interpretação e apropriação da realidade através de linguagens» e, nesta perspectiva, «os géneros jornalísticos são uma construção e uma criação».

Segundo Sousa, podem considerar-se como principais géneros jornalísticos a notícia, a entrevista, a reportagem, a crónica, o editorial e o artigo (de opinião e de análise), sendo que entre eles não há fronteiras rígidas. Algumas peças poderão mesmo ser difíceis de classificar, «até porque, consideradas estrategicamente, todas as peças

jornalísticas são *notícias*, especialmente se aportarem informação nova.» (Sousa, 2001:231).

Assim, para classificar os textos jornalísticos que fazem parte do *corpus* desta dissertação, vamos debruçar-nos essencialmente sobre dois destes géneros - a notícia e o artigo - uma vez que os restantes, pelas suas características, não configuram o tipo de texto em presença.

A notícia é definida por Sousa (2001:231) da seguinte forma:

Enquanto género jornalístico, a notícia é, essencialmente, um pequeno enunciado reportativo, um discurso sobre um acontecimento recente (...), vários acontecimentos ou desenvolvimentos de acontecimentos. Representa também informação nova, actual e de interesse geral. (...) Numa notícia, o texto deve ser animado por uma intenção de verdade e de rigor, o que muitas vezes se confunde, erroneamente, com factualidade.

Quer isto dizer que «numa verdadeira notícia são sempre relatados factos sob a forma de descrições ou de citações» mas que, nos casos em que a notícia seja dotada de uma estrutura minimamente analítica, os factos servem também de pretexto para a análise e correlações entre si.

Quanto aos artigos, Sousa (2001:298) defende que:

(...) os artigos possuem uma natureza interpretativa, explicativa e/ou persuasiva. (...) O articulista pretende, no entanto, partilhar a sua visão do mundo, expressa no artigo, com o leitor. Fala-se de artigos de opinião quando, no artigo, se procura, essencialmente, opinar, por vezes com intenção persuasiva, para convencer ou levar à acção, para converter e ganhar partidários. Exploram os aspectos tantas vezes mais submersos dos factos, relacionam ideias, problemáticas e acontecimentos ou lançam sobre eles uma interpretação pessoal. Fala-se de artigos de análise quando, no artigo, se procura, predominantemente, explicar, debater e interpretar um acontecimento (...) ou qualquer outro assunto da actualidade. [Nestes] a explicação sobrepõe-se à persuasão.

Como resumo deste tema, e articulando toda a informação supra referida, apresentamos uma adaptação do quadro presente em Bernardo:

Tipo de texto		Gênero de texto		Sub-gênero	Espécie de texto	Nível de estruturação do texto	Função	
técnico-científico	informativo	científico	científico	acadêmico	monografia, artigo	semântico-sintático	transmissão de informação	
			divulgação científica					
		utilitário-pragmático		técnico/utilitário	certificado de garantia			
				divulgação	instruções de aparelho			
	operativo		não científico		oficial			certidão de casamento
					jornalístico			notícia, reportagem
								editorial, crônica, artigo
	texto publicitário		anúncio					
			homilia					
	texto propagandístico		discurso político					
ficcional	expressivo		lírica		soneto, canção	semântico-sintático e organização estética	expressão estética/artística	
			prosa		novela, conto			
			drama		comédia, tragédia			
TEXTO ----- -----> GÊNERO -----> REGISTO (field - tenor - mode) ----- -----> FUNÇÃO								

Encontramos assim uma classificação prévia para os textos do *corpus* deste trabalho.

Como vimos antes, o discurso político posiciona-se como texto operativo, propagandístico, desencadeador de comportamentos e acções, com uma estruturação complexa, em dois ou três níveis (semântico-sintático, persuasivo e, provavelmente, com preocupações de expressão artística).

Já o texto jornalístico tem dois posicionamentos diferentes, que se definem pela presença ou ausência de características opinativas ou argumentativas nas suas diversas espécies.

Assim, o texto jornalístico, na suas espécies notícia e reportagem, classifica-se como texto informativo não-científico, utilitário-pragmático, com uma estruturação básica ao nível semântico-sintático. Nas espécies editorial, crónica e artigo, enquadra-se na definição de operativo, com uma estruturação em dois ou três níveis (semântico-sintático, persuasivo e, possivelmente, com preocupações de expressão artística) e tendo como função desencadear comportamentos (ou provocar reacções).

Mas, quando um texto jornalístico - informativo ou operativo - se reporta a determinado discurso político, indo buscá-lo ao seu contexto de origem e dando-o a conhecer a receptores de um determinado contexto de chegada, de língua e cultura diferentes, que estratégias pode assumir para pôr em prática essa disseminação?

Será possível reportá-lo de forma meramente factual, reproduzindo a sua intencionalidade e efeito originais, junto dos receptores do novo contexto? Ou este novo contexto influenciará necessariamente a forma como lhe é apresentado um discurso que lhe é exterior?

Abordamos esta problemática no próximo subcapítulo.

I. 2. A Imprensa Como Veículo de Transmissão do Discurso Político - *Uma Relação Pragmática*

Dissemos anteriormente que pretendemos privilegiar neste trabalho a vertente pragmático-comunicativa dos textos do *corpus* (Parte II. 1.) pelo que abordamos de seguida a definição de Pragmática e a sua relação com o objecto desta dissertação - a influência do(s) contexto(s) na tradução de discursos políticos na imprensa.

Talvez a definição mais abrangente do âmbito da Pragmática seja a de Georges Yule, na sua obra *Pragmatics* (1996:3). Yule identifica quatro áreas que definem a Pragmática:

Pragmatics is concerned with the study of meaning as communicated by a speaker (or writer) and interpreted by a listener (or reader). (...) Pragmatics is the study of speaker meaning.

This type of study necessarily involves the interpretation of what people mean in a particular context and how the context influences what is said. (...) Pragmatics is the study of contextual meaning.

this approach also necessarily explores how listeners can make inferences about what is said in order to arrive at an interpretation of the speaker's intended meaning. (...) Pragmatics is the study of how more gets communicated than is said.

On the assumption of how close or distant the listener is [physical, social or conceptual closeness], speakers determine how much needs to be said. Pragmatics is the study of the expression of relative distance.

Podemos encontrar aqui uma correspondência com os conceitos antes referidos (Parte I. 1.) de «situacionalidade» (o contexto em que a comunicação ocorre), «intencionalidade» (intenção do emissor ao comunicar) e «funcionalidade» (como o que é dito e como é dito cumpre a função comunicativa pretendida).

Já Mona Baker, em 1992, na obra *In Other Words: A Coursebook in Translation* (217), escrevera que a Pragmática «*is the study of language in use. It is the study of meaning, not*

as generated by the linguistic system but as conveyed and manipulated by participants in a communicative situation».

A isto pode juntar-se o que diz Adriano Duarte Rodrigues, no artigo «Pragmática» do *E-Dicionário de Termos Literários*, coordenado por Carlos Ceia:

As significações concretas do discurso dependem, muitas vezes, da intervenção dos saberes extra-linguísticos que integram a situação enunciativa e os processos de interlocução.

Um determinado enunciado pode querer dizer inúmeras coisas distintas, consoante seja entendido como uma declaração, informação, promessa, ameaça ou previsão.

O receptor terá de situá-lo num contexto enunciativo, independentemente do sistema da língua ou da competência linguística dos falantes.

Ou seja, a abordagem pragmática permite-nos estudar de que forma o uso da linguagem em determinado tipo de discurso se relaciona com o contexto em que este se insere e com os participantes envolvidos. E de como esses participantes utilizam os seus conhecimentos extra-linguísticos (sobre o mundo e os contextos em presença) para concretizar as suas intenções (enquanto emissores) e interpretar intenções alheias (enquanto receptores), através do discurso.

Também José Pinto de Lima explica, em *Pragmática Linguística* (2006:14), que a pragmática linguística trata do modo como as palavras são usadas pelos falantes de uma língua para atingirem os seus fins comunicativos. Então, usar a língua para atingir determinados fins comunicativos é uma forma de praticar acções ou actos linguísticos. Assim sendo, o discurso político será um acto linguístico cujo objectivo comunicativo é influenciar os seus receptores, na medida em que pretende induzir neles comportamentos ou sentimentos.

Lima (2006) apresenta uma classificação e definição dos actos linguísticos enquanto actos ilocutórios (actos linguísticos que implicam uma determinada acção que deve ser compreendida pelo interlocutor), classificação esta baseada na Teoria dos Actos de Fala, enunciada pela primeira vez pelo filósofo John L. Austin (e publicada em 1962).

O autor expõe previamente os critérios que permitem dividir os actos de fala em cinco grandes grupos, dos quais destacamos o critério do objectivo ilocutório, ou seja, qual é o propósito do falante ao praticar determinado acto (geralmente, é o objectivo ilocutório que define o acto) e o critério do estado psicológico expresso, que são as atitudes ou

estados psicológicos do falante sem os quais o acto ilocutório não seria sincero (por exemplo, ter uma intenção quando se promete, uma vontade quando se pede ou manda, uma crença quando se afirma, etc.).

Lima apresenta de seguida os cinco grupos dos actos de fala (2006:47-50):

Actos assertivos: o seu objectivo ilocutório é comprometer o falante com a verdade da proposição expressa (em termos de verdadeiro/falso) e o estado psicológico expresso é o de crença (na verdade da proposição expressa).

Actos directivos: o objectivo ilocutório é levar o interlocutor a praticar uma acção e o estado psicológico expresso é a vontade ou desejo (de que o outro corresponda à acção solicitada).

Actos compromissivos: o objectivo ilocutório leva a que o falante se coloque sob a obrigação de praticar uma acção e o estado psicológico que expressa é o da intenção (de praticar uma acção futura).

Actos expressivos: o objectivo ilocutório é apenas o de expressar um estado psicológico acerca de algo referido no conteúdo proposicional, por isso, o estado psicológico expresso varia consoante o acto: reconhecimento, satisfação, tristeza ou pena, etc.

Declarações ou Actos Declarativos: têm como objectivo ilocutório produzir um novo estado de coisas; uma declaração bem-sucedida produz uma correspondência entre a proposição expressa e a realidade criada. Não há estados psicológicos envolvidos.

Além destes actos ilocutórios, são também importantes os conceitos de actos perlocutórios, implicações e pressuposições, encontrados nesta obra.

Os actos perlocutórios são praticados através de actos ilocutórios e definem-se por provocar um determinado efeito no interlocutor (surpresa, choque, alegria, ofensa, etc).

(Lima, 2006)

Quanto às implicações, diz-nos Lima (2006:61-62) que:

É preciso distinguir sistematicamente entre o que um falante diz e o que ele implica. Por vezes, o falante infringe o princípio da cooperação ao nível do que diz mas respeita esse princípio ao nível do que implica. (...) Aquilo que é dito é uma proposição que não oferece dúvidas. Contudo, no que respeita ao que é implicado, nem sempre se pode formular inequivocamente qual a proposição implicada (precisamente porque ela não foi dita mas apenas “dada a entender”).

A estas implicações, que são introduzidas na conversação, e cuja descoberta pelo interlocutor depende apenas do reconhecimento por este da aparente infracção ao princípio da cooperação e de certos conhecimentos do mundo, chamamos implicações ou implicaturas conversacionais.

Lima (2006) define o princípio da cooperação conversacional como a maneira como deve decorrer uma conversação para que ela alcance os objectivos desejados, o que implica que cada participante faça intervenções que favoreçam o alcançar do objectivo perseguido, implícita ou explicitamente, por todos os envolvidos nessa conversação.

Por último, Lima (2006) refere outro tipo de conteúdos proposicionais a que se chama pressuposições. Estas, tal como as implicaturas, não são ditas pelo falante mas são-lhe atribuíveis, como consequência do que foi dito.

A pressuposição é entendida como uma relação entre proposições. Mas também se pode chamar “pressuposição” à proposição pressuposta: dir-se-ia, de acordo com esta maneira de falar, que q é uma pressuposição de p . Se p pressupõe q , então q é verdadeira, quer p seja afirmada ou negada. (Lima, 2006:72)

Concluimos daqui que os actos de fala, as implicaturas e as pressuposições têm todos em comum a necessidade de existência de conhecimentos extra-linguísticos dos participantes envolvidos, conhecimentos relativos ao mundo envolvente e aos contextos particulares em que se movem, nas suas vertentes sociais, culturais, políticas, e outras.

Na sequência desta abordagem, encontramos van Dijk, que defende que a linguagem está intrinsecamente ligada a crenças, opiniões e ideologias (1998), sendo que a ideologia não é mais do que uma amálgama das crenças básicas que estruturam as representações sociais de um grupo social (2003).

Ruth Wodak (2007) defende o ponto de vista de que a comunicação e a linguagem podem ser utilizadas política e ideologicamente mas não são políticas ou ideológicas *per se*.

Já A. Pelinka, citado por Wodak (2007:1), diz que:

(...) politics is everything, at least potentially (...) Language reflects power structures - and language has an impact on power structures. Language can be seen as an indicator of social and therefore political situations - and language can also be seen as a driving force directed at changing politics and society. (...) Language can be an instrument for or against enlightenment, for or against emancipation, for or against democracy, for or against human rights. Language can be used by totalitarian regimes or it can be used as a mean of resistance against these regimes.

Passando agora ao papel da imprensa, que interessa particularmente ao tema desta dissertação, C. Schäffner e S. Bassnett, na Introdução à sua obra *Political Discourse, Media and Translation* (2010), afirmam que as práticas discursivas dependem da existência de espaços discursivos que, pela sua importância, podem ser alvo de contestação. Chamam a atenção para que «*in dictatorial societies, texts can be prevented from being made accessible to the public if they are not in line with the official ideology of the ruling political party*» (2010:3).

Como já vimos antes, deverá ser este o caso a que se reporta a nossa dissertação.

Nas sociedades contemporâneas, os *media* têm um papel fundamental, como espaço discursivo por excelência, na disseminação do discurso político entre os seus receptores, uma vez que têm a capacidade de impactar rapidamente uma extensa fatia da sociedade. Por isso, já lhes chamaram «o 4.º poder». (Schäffner e Bassnett, 2010:3)

Schäffner define o discurso político, no seu âmbito mais restrito, como textos que discutem ideias, crenças e práticas políticas de uma sociedade ou parte dela, ou textos que são cruciais na constituição de determinados grupos ou comunidades políticas. O discurso político que aqui especificamente nos interessa é aquele género que comunica, explica e justifica decisões políticas e é produzido por políticos e dirigido à sociedade. (Schäffner, 2004:119, Schäffner e Bassnett, 2010:3)

Mas, «*whenever media report on political events and/or quote from statements by politicians, political discourse is transferred in processes of recontextualisation*» (Schäffner e Bassnett, 2010:5)

Which texts and which arguments are repeated and/or most frequently quoted in such chains of discourse is determined by power struggles surrounding specific opinions, beliefs and ideologies. This also means that the specific types of transformation which occur in the recontextualisation processes are «dependent on the goals, values and interests of the context into which the discursive practice is being recontextualised». (Schäffner e Bassnett, 2010:6)

Acresce ainda que certos géneros de textos jornalísticos «*do not simply report on political events in a neutral way, but they provide evaluations and thus can have an impact on public opinion about politics and also on policy making*» (Schäffner e Bassnett, 2010:4), o que vem na convergência do que dissemos antes, na Parte I. 1.

Encontramos aqui um ponto de partida que vem ao encontro da hipótese colocada pela nossa investigação. Por um lado, o discurso político, como transmissor privilegiado de ideologias, procura espaços discursivos de grande alcance social para se disseminar, sendo a comunicação social um desses espaços por excelência. No início dos anos 60 do século XX, a imprensa escrita tinha um papel fundamental nesta intermediação.

Por outro lado, esta intermediação pode significar interferência na significação pretendida ou na intencionalidade do discurso político, uma vez que cada meio de

comunicação social pode ter o seu próprio discurso ideológico, definido pelo seu posicionamento no contexto sócio-político a que pertence.

Ainda no mesmo texto, as autoras referem que «*analysis of ideology as reflected in the media and in textual structures (...) showed how dominant elite ideologies were reproduced in the media and how ideologies could be revealed by examining language features used in texts*» (Schäffner e Bassnett, 2010:3).

A interferência na intencionalidade primária de determinado discurso político pode ser feita através do processo de recontextualização de que se fala acima:

In addition to subtle linguistic transformations such as adapting a quote to incorporate it in the syntactic structure of a sentence, recontextualisation also often involves the «filtering of some meaning potentials of a discourse». (Schäffner e Bassnett, 2010:5)

As autoras referem as seguintes operações, apresentadas por Blackledge (2005) como estratégias de recontextualização: adição, eliminação, reorganização e substituição. É dito ainda que «*they can equally be used for describing news production across linguistic boundaries*» (Schäffner e Bassnett, 2010:4).

Por sua vez, Blackledge (2005:124) atribui a sua autoria a Van Leeuwen e Wodak (1999) e descreve-as da seguinte forma:

Deletion. Social practice is rarely represented exactly as in other contexts. One of the questions here is: what has been deleted from the original or previous account?

Rearrangement. Represented social practices may not be recontextualised in the order in which they occurred or were previously represented. Emphasis may be altered if a particular aspect of social practice is located in the salient initial or final position as a headline or closing point, although it was previously backgrounded.

Substitution. In represented discourse, social actors will often be accorded new nominations. (...) Often, though, there will be a clear substitution of one thing for another, through linguistic means such as nominalisation, metaphor, metonymy, synecdoche and personalisation.

Addition. Recontextualisation not only involves the representation of social practices through alterations to existing discourses. It also involves adding new elements to that representation. Additions may include reactions, purposes and legitimations.

Significará isso que o discurso político, por um lado, e a sua reprodução através dos *media*, por outro, se definem como tipos de comunicação com o objectivo último de manipulação dos receptores?

Sobre isto, diz-nos van Dijk (2006:372-373) que:

(...) as such, discourse structures are not manipulative: they only have such functions or effects in specific communicative situations and the way in which these are interpreted by

participants in their context models. (...) discourse is defined to be manipulative first of all in terms of the context models of the participants. (...) we evaluate discourse as manipulative first of all in terms of their context categories, rather than in terms of their textual structures. (...) And yet (...) some of these structures may be more efficient than others in the process of influencing the minds of recipients (...). For instance, (...) headlines are typically used to express topics and to signal the most important information of a text and may thus be used to assign (extra) weight to events that in themselves would not be so important.

Baseando-nos, com a sintetização possível, em algumas reflexões sobre manipulação do discurso feitas por van Dijk em 2006, no seu artigo «Discourse and Manipulation», diremos que a manipulação, antes de mais, se distingue da persuasão, embora sendo ambas formas discursivas e interactivas de influência sobre os receptores. A principal característica da manipulação que a separa da persuasão é que envolve poder e dominação. Ou seja, ambas pretendem agir sobre o comportamento dos receptores, sendo que na persuasão estes aceitam ou não, conscientemente, os argumentos do emissor, enquanto na manipulação os receptores têm tipicamente um papel mais passivo: são vítimas.

Por isso, van Dijk (2006:360) defende que «*manipulation not only involves power, but specifically abuse of power, that is, domination*». É o exercício de uma forma de influência ilegítima, em que o manipulador leva os outros a acreditar em coisas que são do seu próprio interesse e contra o melhor interesse dos manipulados. É também característica dos grupos com o domínio abusivo do poder, o acesso preferencial ou o controlo total dos recursos sociais escassos, nos quais se enquadram os meios de comunicação social.

Ao definir os receptores do discurso manipulativo como «vítimas», van Dijk (2006:375) justifica-se enumerando constrangimentos do contexto que contribuem para esta classificação:

(...) recipients of manipulation (...) may be defined as victims, and this means that somehow they need to be defined as lacking crucial resources to resist, detect or avoid manipulation. Crucially, this may involve:

(a) Incomplete or lack of relevant knowledge – so that no counter-arguments can be formulated against false, incomplete or biased assertions.

(b) Fundamental norms, values and ideologies that cannot be denied or ignored.

(c) Strong emotions, traumas, etc. that make people vulnerable.

(d) Social positions, professions, status, etc. that induce people into tending to accept the discourses, arguments, etc. of elite persons, groups or organizations.

Van Dijk (2006:376) apresenta de seguida algumas estruturas discursivas que pressupõem especificamente esses constrangimentos contextuais. Serão estruturas que:

(a) Emphasize the position, power, authority or moral superiority of the speaker (...) – and, where relevant, the inferior position (...) of the recipients.

(b) Focus on the beliefs that the manipulator wants the recipients to accept as knowledge, as well as on [its] arguments, proofs, etc.

(c) Discredit alternative sources and beliefs. (...) Opponents and dissidents may be discredited by the usual display of Us/Them polarization

(d) Appeal to the relevant ideologies, attitudes and emotions of the recipients.

Todos os conceitos e reflexões que revimos neste subcapítulo enquadram e refletem a descrição que fazemos dos contextos de partida e de chegada em que os discursos políticos estrangeiros vão ser traduzidos pela imprensa portuguesa (ver *Parte II*).

Ambos os contextos de partida dos discursos políticos se caracterizam por serem sociedades democráticas, com livre expressão de ideias, pelo que os discursos políticos tendem naturalmente a assumir uma função persuasiva, pretendendo captar apoiantes voluntários para as ideologias que expressam.

Já os contextos de chegada se caracterizam por serem uma sociedade sujeita a uma ditadura política com 34/35 anos, fortemente apoiada numa Censura omnipresente - não só numa Censura oficial e física, mas também numa autocensura difusa e espontânea - e criadora de mitos e ideologias de manipulação das crenças e restrição dos pensamentos das pessoas que a constituem.

Sendo assim, de que forma são recebidos e retransmitidos, nestes contextos de chegada, discursos políticos de sinal ideologicamente contrário?

Sendo necessária uma dupla operação de retransmissão - a transformação do discurso político em texto jornalístico e a passagem de uma especificidade linguística e cultural a outra - de que forma é ela feita pela imprensa portuguesa, responsável por essa retransmissão?

É o que procuramos definir no subcapítulo seguinte.

I. 3. A Tradução na Imprensa em Contexto de Ditadura - *Se Não Podes Vencê-los Junta-te a Eles?*

Nas últimas décadas, e apesar das suas diferentes abordagens, os Estudos Culturais, a Antropologia e as teorias pós-estruturalistas, pós-modernas e pós-coloniais têm partilhado «(...) *as common ground, a radical distrust of the possibility of any intrinsically stable meaning that could be fully present in texts (...) and, thus, supposedly recoverable and repeated elsewhere without the interference of the subjects, as well as the cultural, historical, ideological or political circumstances involved*». (Arrojo, 1998:25)

Esta afirmação vem ao encontro do que já vimos anteriormente, de que:

Media reports about political events are always forms of recontextualisation, and any recontextualisation involves transformations. Recontextualisation and transformation are particularly complex where translation is involved, that is, when media reports cross language boundaries. (Schäffner e Bassnett, 2010:2).

E as mesmas autoras acrescentam ainda que «*all processes, starting from a decision to report on affairs and events in another country (...) up to the production of a final text are determined by institutional policies and ideologies*» (Schäffner e Bassnett, 2010:8). Além disso, ao transmitir qualquer informação sobre política e acontecimentos políticos de outros países, os *media* também podem influenciar, ao mesmo tempo, as impressões e reacções do público.

Também Lefevere (1992:9) defende que «*translation is the most obviously recognizable type of rewriting, and (...) it is potentially the most influential because it is able to project the image of an author and/or those works beyond the boundaries of their culture of origins*». Afirma igualmente, na mesma obra, que «*on every level of the translation process, it can be shown that, if linguistic considerations enter into conflict with considerations of an ideological (...) nature, the latter tend to win out*» (Lefevere, 1992:39).

No caso da imprensa, são os jornalistas os agentes mediadores entre o texto político e o público.

In this mediating role across linguistic, cultural and ideological boundaries, some of the transformations that occur in the recontextualisation processes can be politically significant and can result in different interpretations of the 'same' political event by readers in different countries and even in political conflict. (Schäffner e Bassnett, 2010:17)

Como veremos (Parte II. 2.), nos anos 60 do século XX, em Portugal, a circulação de imprensa estrangeira era fortemente restringida e as referências na imprensa nacional

absolutamente controladas pela Censura. Muito dificilmente o público em geral tinha acesso aos textos originais estrangeiros que surgiam traduzidos, noticiados e comentados nos jornais. Sendo assim, era impossível a um leitor perceber quanta e que informação fora omitida, se os extractos reportados haviam sido reorganizados numa ordem diferente e que intenções poderiam estar por trás disso, e ainda outras questões como: o que se tornava explícito ou se deixava implícito, o que se apontava como antecedentes ou consequências, o que era transformado em tema ou secundarizado, que categorias se criavam para representar os acontecimentos (Schäffner e Bassnett, 2010:8). Porque:

Translation thus is not simply an act of faithful reproduction but, rather, a deliberate and conscious act of selection, assemblage, structuration and fabrication – and even, in some cases of falsification, refusal of information, counterfeiting, and the creation of secret codes. (Tymoczko and Gentzler 2002, xxi)

Uma vez produzidas, as traduções podem tornar-se textos com vida própria no contexto de chegada, e ser a base de informação e conhecimento desse público. Neste contexto intertextual e interdiscursivo, é recorrente que «*reactions in one country to statements that were made in another country are actually reactions to the information as it was provided in translation [as presented by the media]*» (Schäffner, 2004:120). Esta é nitidamente a função das traduções da imprensa, no caso do nosso âmbito de estudo.

Neste mesmo artigo de 2004, Schäffner compara os textos políticos traduzidos a janelas para as ideologias presentes nessas culturas políticas e refere que há quatro funções estratégicas que fazem a ligação das situações e processos políticos aos tipos de discurso e níveis de organização desse discurso. São elas:

Coercion: Power can be exercised through controlling access to information, e.g. selection of source texts to be made available in translation to the home culture (...), checking the end product, using translations in the service of home agendas (...)

Resistance, opposition and protest: Many of the discourse strategies used by the powerful for coercion may be counter-deployed by those who regard themselves as opposing power.

Dissimulation: Quantitative or qualitative control of information, i.e. preventing people from receiving information by not allowing texts to be made available in translation; or providing only selected extracts of source texts in translation; or deliberately publishing inaccurate translation.

Legitimation and delegitimation: Positive self-presentation and negative presentation of the others, explicitly or implicitly, by using specific translation strategies, by using and abusing texts for purposes of national ideologies. (Schäffner, 2004:144-145)

Assim definidas, a coerção e a dissimulação parecem ser as situações que melhor caracterizam a presença da Censura no contexto português dos anos 60, embora também seja de esperar que se encontrem sinais das outras duas. Procuraremos verificá-lo na análise a fazer na Parte III desta dissertação.

Terminamos esta panorâmica sobre as relações entre Tradução, Poder e Imprensa citando Denise Merckle (2005:4):

When translators comply with little resistance to the constraints in force (...), the perpetuation of a social order is ensured, the minority that resists being subjected to various forms of socially-imposed constraint (e.g., censure in the form a strongly worded reprimand, prior and post censorship). Laws (...) impose constraints on translators to ensure the enforcement of a moral code and the perpetuation of a homogeneous worldview.

Provavelmente poderemos alargar este âmbito aos jornalistas em geral, e em especial aos que são responsáveis pela tradução e transformação do texto político em jornalístico, e dizer que, quando também eles oferecem pouca resistência aos constrangimentos impostos, a ordem social tende a perpetuar-se e a minoria que resiste é sujeita a várias formas de coacção socialmente impostas (como a censura).

PARTE II

ENQUADRAMENTO POLÍTICO DA ÉPOCA DOS DISCURSOS

*No Início dos Anos 60 do Século XX, o Mundo Todo Acelerava em Direcção ao Futuro.
Todo? Não. Um Pequeno País Resistia Ainda e Sempre ao «Vento de Mudança».*

II. 1. No Mundo: Desenvolvimento Económico do Pós-Guerra, Situação Política de Guerra Fria, Descolonizações e Independências

Neste subcapítulo apresentamos um breve resumo dos mais importantes antecedentes da situação internacional no início dos anos 60 do século XX, baseado no texto de Josep Sánchez Cervelló, «1945-1960 Os Anos que Geraram um Novo Mundo», incluído em *Os Anos da Guerra Colonial*, de Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes (2010:36-47).

Começamos com a Carta das Nações Unidas, assinada a 26 de Junho de 1945, cujo primeiro artigo estabelecia como objectivo da organização manter a paz e a segurança internacionais, contribuir para a cooperação e amizade entre os povos e fomentar os direitos humanos. A ONU veio a tornar-se num fórum fundamental para a discussão e resolução de divergências entre os seus membros.

No entanto, o fim da II Guerra Mundial trouxe também o início da chamada Guerra Fria, devido à incompatibilidade demonstrada entre as potências dos sistemas capitalista e comunista. Foi temendo que a fome e a destruição na Europa favorecessem uma aproximação à URSS, que os EUA lançaram o Plano Marshall, em 1947, proposto pelo secretário de Estado com o mesmo nome, e cujo objectivo era impulsionar a reconstrução económica da Europa.

O Governo português - liderado por Oliveira Salazar desde 1932 - saiu bastante fragilizado da II Guerra Mundial, em consequência não só da sua posição dúbia em relação aos seus intervenientes, mas também devido à própria natureza do regime.

Contudo, com o início da Guerra Fria, a sua integração natural no bloco ocidental, a sua doutrina anticomunista e algumas facilidades oportunamente concedidas nos Açores, acabaram por reforçar os seus laços com os EUA.

Com o fim da II Guerra Mundial iniciou-se também um movimento imparável de descolonização dos territórios dos grandes impérios coloniais (os mais importantes dos quais, para além do português, eram o britânico, o francês e o holandês).

Logo em 1947, a Índia torna-se independente da Grã-Bretanha. Ainda nos anos 40 tornam-se também independentes, no continente asiático, as duas Coreias, Formosa, Ceilão, Birmânia e Indonésia. A seguir, durante os anos 50, ainda na Ásia, é a vez do

Vietname, Cambodja e Malásia, e em África, da Tunísia, Líbia, Marrocos, Sudão, Gana e Guiné. Depois, em 1960, como bem preconizou Macmillan no seu discurso de Fevereiro, em plena África do Sul, com a expressão «*the wind of change is blowing*», um vento de independências varreu a África. Ao longo desse ano, tornaram-se em novos países a Mauritânia, Senegal, Mali, Burkina Faso, Níger, Chade, República Centro-Africana, Camarões, Congo, Gabão, Costa do Marfim, Togo, Benim, Madagascar, Somália e Zaire.

E em 1961, até ao discurso de Kennedy em Setembro, na ONU, ainda ocorreu a independência da Serra Leoa e a autonomização da Tanzânia, que se tornaria independente em Dezembro desse mesmo ano.

A luta pela conquista ideológica destes novos países foi um dos motores da Guerra Fria. A URSS despertou simpatias e inclinações nestes países, que viam no regime comunista um modelo político e económico alternativo ao capitalismo, e que parecia permitir um desenvolvimento industrial mais rápido. Os EUA, por seu lado, estavam mais envolvidos por compromissos com a Europa e com os países colonizadores, o que veio a custar-lhes um posicionamento favorável inicial neste novo mundo.

No entanto, a maioria destes novos países, situados na Ásia e em África, acabou por preferir integrar o chamado Movimento dos Não-Alinhados, que, desde 1955, preconizava a neutralidade face aos dois grandes blocos e a luta contra o colonialismo e a segregação racial. Assim, em 1960, com a entrada de 17 novos países asiáticos e africanos na ONU, o Terceiro Mundo, aliado na maioria das vezes aos países comunistas, passou a ter maioria na Assembleia-Geral e assumiu a luta contra o colonialismo em geral e, especialmente, contra o colonialismo português. Portugal era, naquele momento, a única potência colonial que não reconhecia os seus territórios como colónias, classificando-as constitucionalmente como províncias ultramarinas e, nesse sentido, inalienáveis.

II. 2. Em Portugal: Ideologia do Estado Novo, Império Colonial ou Províncias Ultramarinas, a Censura e a Imprensa

No que se refere ao enquadramento nacional do nosso objecto de estudo, faremos aqui um pequeno resumo das características do regime político do Estado Novo, mas

interessando-nos especialmente elencar os processos de criação e manutenção de ideologias e crenças que o sustentaram ao longo de 48 anos.

Origem do Estado Novo

O golpe militar de 28 de Maio de 1926 pôs fim à Primeira República portuguesa. As instituições políticas democráticas foram dissolvidas, os partidos políticos foram extintos e foi instaurada uma ditadura de soluções repressivas. O Exército, a Igreja e um Governo forte foram os garantes da transição da ditadura militar de 1926 para o Estado Novo, que se iniciou em 1932, com a chegada de Oliveira Salazar a Chefe de Governo.

A nova Constituição de 1933 consagra um Estado forte que recusa o liberalismo e se sustenta no nacionalismo corporativo, no intervencionismo económico-social e na ideia do império colonial.

No início dos anos 60, as forças emergentes do pós-guerra e da década de 50 tentavam encontrar espaço para uma liberalização política e económica, que não seria possível sem o sacrifício do próprio regime (isto é, do aparelho corporativo, do Estado policial e repressivo e da política de guerra). Em 1961 uma série de acontecimentos graves abalou o regime, como o assalto ao paquete *Santa Maria*, o início da guerra em Angola, o golpe de Estado de Botelho Moniz e a ocupação de Goa pela Índia. (cf Rosas, sd.)

Ideologia e Crenças

As décadas de 30 e 40 do século XX foram fundamentais «na afirmação do projecto ideológico totalizante do Estado Novo», cujo intuito «era o de estabelecer uma ideia mítica de “essencialidade portuguesa”, transtemporal e transclassista (...)». Este objectivo foi levado a cabo através de «um discurso propagandístico claro, agressivo, fundamentador de uma “nova ordem” (...)». (Rosas, 2001: 1033-1034)

Um dos instrumentos desse discurso foi a célebre colecção de sete quadros didácticos denominada «A Lição de Salazar», que durante longos anos se manteve exposta nas salas de aula das escolas primárias de todo o país.

Esta colecção foi criada oficialmente em 1938, para assinalar os 10 anos da investidura de Salazar como Ministro das Finanças, mas aqui iremos destacar apenas um dos quadros, possivelmente o que terá marcado de forma mais profunda a mentalidade da

sociedade do Estado Novo. Referimo-nos ao quadro que ostentava o lema «Deus, Pátria, Família: a Trilogia da Educação Nacional»². (Medina, 1985:15)

Deus, Pátria, Família

Sobre esta trilogia, diz-nos João Medina (1985:18):

(...) desde o seu discurso de 26-V-1936 que Salazar viera apontando a trilogia em causa como base da sua filosofia política (...): «Não discutimos Deus e a virtude; não discutimos a Pátria e a sua História; não discutimos a autoridade e o seu prestígio; não discutimos a família e a sua moral; não discutimos a glória do trabalho e o seu dever» (O. Salazar, *Discursos e Notas políticas*, vol.II, Coimbra, 1945, p.130). Este discurso de axiomas fundava a base mesma donde, dois anos volvidos, Martins Barata, seguindo as instruções do Ministério da Educação Nacional, realizava a sua didáctica visual (...)

O império colonial como suporte ideológico do regime

Ainda na mesma obra, João Medina (1985:38) volta a citar o mesmo discurso de Salazar, para esclarecer como o conceito de Pátria - que agregava todos os territórios - se tornou fundamental na construção ideológica do regime, nomeadamente no mito do Império como «herança sagrada»:

(...) no discurso basilar de 1936 (...) Salazar esclarecia com cuidado: «Não discutimos a Pátria, quer dizer, a Nação na sua integridade territorial e moral, na sua plena independência, na sua vocação histórica» (*Discursos*, 1945, p.131). E logo acrescentava: «Sem receio, colocámos o nacionalismo português na base indestrutível do 'Estado Novo'; primeiro, porque é o mais claro imperativo da nossa História; segundo, porque é inestimável factor de progresso e elevação social; terceiro, porque somos um exemplo vivo de como o sentimento pátrio, pela acção exercida em todos os continentes, serviu o interesse da Humanidade. Vocação missionária se tem podido chamar a esta tendência universalista, profundamente humana do povo português (...) (*ibidem*, 132)

Também Fernando Rosas aborda, num artigo de 2001, o tema dos «mitos ideológicos fundadores» do regime político em questão, dos quais destacamos aquele a que o autor se refere como «mito imperial»:

(...) o *mito imperial*, em larga medida herdado da tradição republicana e monárquica anterior, no seu duplo aspecto de vocação histórico-providencial de colonizar e evangelizar. Dizia o Acto Colonial de 1930, no seu artigo 2.º: «É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar populações indígenas.»

Seria isso não só um «fardo do homem branco», mas, no discurso imperial do Estado Novo, um fardo do homem português, continuando a gesta heróica dos nautas, dos santos e cavaleiros. Num segundo aspecto, este já ideologicamente reconstruído pelo Estado Novo, o

² Ver Anexo A - Quadro educativo de «A Lição de Salazar».

desígnio mítico da raça concretizava-se no ideal reencontrado do império (...). Armino Monteiro, ministro das Colónias de 1931 a 1935, (...) explicava claramente a novidade do conceito: «Portugal pode apenas ser uma Nação que possui colónias ou pode ser um império. Neste caso ele será a realidade espiritual de que as colónias são a concretização.» Assim se compreende que deste mito imperial se deduza como dogma indiscutível a ideia da nação pluricontinental e plurirracial, una, indivisível e inalienável. E teríamos, assim, nesta sistematização, uma primeira vocação, que seria a vocação imperial da nação. (2001: 1034-1035)

Esta conclusão de Rosas, de que do mito imperial se vem a deduzir «como dogma indiscutível a ideia da nação pluricontinental e plurirracial, una, indivisível e inalienável» pode ser ilustrada através de mapas e quadros bastante significativos nos seus conteúdos e que ocupavam igualmente as paredes das salas de aula das escolas primárias³.

O acto colonial

O Acto Colonial (supra referido por Rosas) foi criado como documento regulador dos órgãos do poder colonial e foi promulgado em 1930. Tinha como funções a centralização da política colonial e a afirmação do pendor nacionalista do novo Estado português, desejado por Salazar. Por isso, privilegiou a designação «Império Colonial Português», em consonância com a ideologia que se queria implantar de uma nação «una, indivisível e inalienável» (Rosas, 2001:1035).

Mas esta designação também não foi duradoura, vindo a confirmar-se aquilo que escreve Aniceto Afonso (1985:335):

Durante o século XX o estatuto oficial das colónias modificou-se, normalmente ao sabor das alterações conjunturais da política metropolitana ou da necessidade de melhor adaptação à evolução do direito internacional. Os territórios coloniais foram designados ora colónias, ora províncias ultramarinas e acabaram alguns por ser «Estados». Mas nada disso alterou o essencial das relações coloniais.

No seguimento desta constatação, e ainda na década de 50, encontramos mais uma alteração de estatuto dos territórios não-autónomos:

Quando Portugal entrou na ONU foi-lhe perguntado, como a todos os outros países, se administrava territórios não-autónomos. Em Novembro de 1956, o Governo português respondeu negativamente, escudando-se no texto constitucional. Reconhecendo implicitamente os problemas que acarretaria a sua postura de não sair de África, o salazarismo fez uma revisão constitucional (Junho de 1951) que, formalmente,

³ Ver Anexos B - Alguns quadros da «Nação Pluricontinental» e C - Alguns quadros da «Nação Multirracial».

extinguiu o “Império Português” e fez nascer as províncias ultramarinas. (J. S. Cervelló, 2010:42)

Esta designação manter-se-ia até ao fim do regime apesar de, logo em Dezembro de 1960,

(...) a ONU, correspondendo a uma opinião generalizada da comunidade internacional contra o colonialismo, aprova a resolução 1514 (XV), que torna ilegal toda a prática colonial, e (...) a resolução 1542 (XV), que considera como colónias os territórios africanos sob dominação portuguesa. (Afonso, 1985:333)

Todas estas movimentações não demoveram o regime de continuar a perpetuar os mitos que o sustentavam, como refere ainda Afonso (1985:336):

A partir da década de 60, a ideologia do Estado Novo tentou impor o mito da inexistência de dominação e exploração de «um povo por outro», perante a necessidade de garantir os princípios justificativos da resistência ao surto descolonizador da África.

Ainda sobre a forma como os mecanismos de propaganda e manipulação do regime disseminaram os mitos e crenças que constituíam esta ideologia, citamos Rosas (2001:1054):

[os conteúdos ideológicos tinham o] propósito de fabricar, pela força, sem alternativa, violentando os espaços tradicionais da privacidade ou da autonomia, um novo ser virtuoso que fosse o suporte da defesa e da reprodução da «ordem nova».

E, no entanto:

(...) não deixa por isso de ser, também ele, um homem utópico, o homem tipo do novo regime, a moldar impositiva e autoritariamente pela acção bifacetada das «políticas do espírito» e da repressão definidas e aplicadas pelo Estado. (Rosas, 2001:1054)

De seguida, abordamos esta repressão instituída pelo Estado, na sua vertente de controlo da livre expressão e circulação de ideias e opiniões, a Censura.

Censura

5 DE JANEIRO DE 1960

Por entender, talvez, que devia cortar fosse o que fosse, a Censura cortou, na notícia que redigi sobre Camus, o título de um dos seus livros - *O Homem Revoltado*. A Censura não quer homens revoltados, mas submissos e calados.

Jacinto Baptista, *Caminhos para uma Revolução*

A verdade é que, embora com relutância, na quase totalidade da Imprensa esse vício [da autocensura] já era uma prática corrente e, em 1961, Salazar, com o seu sadismo beato, anunciava a vitória: «Hoje os nossos jornalistas não precisam de censura porque actuam

segundo uma ética de comedimento e equilíbrio, como convém ao interesse nacional.» Assim mesmo.

José Cardoso Pires, *Jornal de Letras*, 1995

Para uma breve caracterização da Censura em Portugal durante o Estado Novo, socorremo-nos de um relevante artigo de Alexandra Assis Rosa, intitulado «Politicamente só existe o que o público sabe que existe» (2009), e que se assume como um levantamento preliminar de questões básicas relativas a este tema. Dele retiraremos apenas a informação directamente relacionada com esta dissertação⁴.

Pela leitura deste artigo, ficamos a saber que, em 1960/61, o organismo responsável pela Censura é o Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI e depois SEIT), criado em 1944 e que marcou uma centralização cada vez maior do aparelho censório nas mãos de Salazar.

Segundo Rosa (2009:119), são referidos, em bibliografia, como alvos dos censores: «assuntos de carácter político ou social susceptíveis de perturbarem a ordem pública, a palavra crítica ou subversiva, tudo o que pudesse causar ‘alarme e inquietude na opinião pública’, a informação tida como desprestigiante para o País» e ainda outros.

Quanto aos meios sujeitos à censura, a lista inclui:

(...) toda a imprensa periódica nacional, que é objecto de cortes diários, e exhibe o selo “Visado pela comissão de censura”; (...) a imprensa periódica estrangeira, com alguns periódicos proibidos de circular no País; (...) telegramas e telefonemas (...) Eram efectuados cortes: nos noticiários, nos telegramas provenientes das agências noticiosas; os jornalistas e correspondentes estrangeiros que desagradavam ao governo tinham de se retirar do País; os telegramas e telefonemas das agências noticiosas para o estrangeiro versando ‘assuntos de carácter político e social’ deviam, desde 1936, ser submetidos a censura prévia. (Rosa, 2009:119-120)

Quanto aos tipos de censura que coexistiam, Rosa (2009:127) fala em «tentar esboçar uma tipologia para a censura em geral, válida também para a tradução em particular». Desta tipologia, destacamos, como de maior interesse para este trabalho, a «Censura Prévia» e a «Depuração».

A censura em Portugal ficou especialmente conhecida através do controlo exercido previamente pelas delegações de censura em relação, sobretudo, ao discurso político publicado pelos jornais, uma intervenção a que correspondem as designações de censura

⁴ Rosa baseia o seu artigo numa série de fontes que, por se tornarem aqui secundárias, não referiremos. No entanto, elas são claramente referenciadas no próprio artigo, pelo que se tornam facilmente acessíveis.

prévia, a priori ou sistema preventivo. (...) A maior parte das definições que a bibliografia propõe identifica a censura com censura prévia, o agente como o governo e o objecto mais vezes citado é, precisamente, a imprensa. (Rosa, 2009:127-128)

Um outro processo referido por Gomes é a depuração, definida como o controlo crescente resultante quer da posse ou controlo directo pelo Estado de meios de comunicação social, quer da redução do leque de profissionais e de empresas autorizados a colaborar neles, através do licenciamento prévio de empresas jornalísticas e editoriais ou da autorização prévia à nomeação dos seus responsáveis, quer de pressões diversas que resultam numa maior intervenção da censura interna e da autocensura. (Rosa, 2009:130)

Nesta tipologia é ainda referido o fenómeno da censura difusa:

O salazarismo (...) promoveu à escala global uma censura difusa, não necessariamente codificada na lei, exercida umas vezes por organismos de controlo dos ministérios, outras vezes pela cadeia hierárquica normal, não raramente pela polícia política. (...)

É (...) neste carácter difuso da censura que se integra o fenómeno antecipatório da autocensura ou censura interna pois rapidamente os jornalistas aprenderam a antecipar o que seria passível ou não de passar no crivo do poder político e, deste modo, nascia o mecanismo mais eficaz desta guerra surda: a autocensura. (...)

[A autocensura] era como «uma censura espontânea, expressando o elevado grau de interiorização do sistema censório por parte das redacções; era muitas vezes uma medida de antecipação ao *lápis azul*». (Rosa, 2009:131)

Apesar de os procedimentos da Censura nunca terem sido oficialmente regulamentados, e estarem sujeitos ao livre arbítrio dos censores, certas rotinas acabaram por se implantar.

Os jornais enviavam três provas à Comissão de Censura da sua área, que devolvia uma delas com os carimbos «visado», «autorizado», «autorizado com cortes» (assinalados a lápis azul, competindo ao jornal decidir sobre a publicação das notícias parcialmente cortadas), «suspensão» (conteúdos a aguardar decisão superior), «retirado» ou «cortado» (proibição absoluta de referência ao assunto em causa). (Sousa, 2008:33)

Também no caso das agências noticiosas, a censura recebia as notícias por elas enviadas e comunicava-lhes depois se podiam ser publicadas ou não, com ou sem cortes. De seguida, as agências informavam os seus clientes. (Sousa, 2008:34)

O não cumprimento das indicações da censura podia acarretar situações repressivas para jornais e jornalistas, como a suspensão do jornal durante um certo tempo, a apreensão de exemplares, multas e até prisão.

No que diz respeito à imprensa, como já vimos, a censura mantinha sobre ela uma atenção constante, que redobrou com o início da Guerra Colonial. Sobre esta quase nada se lia ou sabia. Sousa (2008:33) refere mesmo que:

(...) quando isso acontecia a estratégia discursiva era a da vitimização do país e a de mostrar que o regime não estava isolado e muito menos derrotado, pois continuava a ter forças para combater (...) As vítimas dos combates eram frequentemente referidas como tendo sido vítimas de acidentes de viação. As tentativas de insurreição eram ou silenciadas ou enquadradas noticiosamente de maneira a favorecer o regime.

Imprensa

Nos anos 60 do século XX o mundo estava em acelerada mudança e esta não podia deixar de se sentir em Portugal, apesar do regime vigente. (Ver Parte II)

Jornais como «o *Primeiro de Janeiro*, jornal de referência no Porto, e o *Diário de Lisboa*, o *República* e o *Diário Popular*, jornais da capital, conseguiram ser, de algum modo, vozes da oposição democrática ao regime» (Sousa, 2008:33).

Já o *Século* e o *Diário de Notícias*, que tinham maiores tiragens e circulação, apesar de se posicionarem como formalmente independentes, eram mais situacionistas. (Sousa, 2008:35)

O *Diário da Manhã* era claramente conotado como o jornal oficioso do regime, sendo inclusivamente subvencionado pelo Ministério do Interior, mas tinha menor circulação. (Sousa, 2008:35)

Para o *corpus* desta dissertação escolhemos três destes periódicos, por serem representativos de diferentes áreas ideológicas, dentro do que as circunstâncias de então permitiam. São eles:

DIÁRIO DA MANHÃ⁵

Fundado em Abril de 1931, termina em Janeiro de 1971. Era um matutino de Lisboa que começou como republicano pró-regime e se tornou, posteriormente, no órgão da União Nacional.

Entre Setembro de 1959 e Janeiro de 1971 teve como director Barradas de Oliveira (pseudónimo de Manuel Gomes). Este, quando assume a direcção do jornal, confirma a posição que o periódico já mantinha:

O *Diário da Manhã* está acima dos homens, em tanto que representa uma linha de orientação política, a linha da unidade e do interesse da Nação, a linha do pensamento de Salazar (...). Seguirá pois o *Diário da Manhã*, se Deus quiser, o caminho que percorre desde o

⁵ Cf. Lemos, 2006:233-235.

primeiro dia. Não se justificam, pois, afirmações de princípios nem exposições programáticas. Este jornal é o que foi e continuará a ser. (Lemos, 2006:234)

DIÁRIO DE LISBOA⁶

Foi fundado em Abril de 1921 e fechou por dificuldades financeiras em Novembro de 1990.

Era um vespertino de Lisboa, de tendência republicana e oposicionista.

O seu manifesto de apresentação dizia que seria «um jornal moderado» mas que a muitos parecia «revolucionário, porque, no seu incansável afã de sacrificar todos os interesses mesquinhos e erros criminosos às supremas aspirações da nacionalidade, algumas vezes, para falar a pura verdade, terá de ser violento, duro mesmo». (Lemos, 2006:257)

O seu director entre Setembro de 1956 e Novembro de 1967 foi Norberto Lopes que, já antes, desde 1952, fora director-adjunto. Norberto Lopes escreveu em 1965, pelo 43.º aniversário do Diário de Lisboa:

Ora a verdade é que o “Diário de Lisboa”, por mais que certas almas cândidas se entretendam a querer adivinhar as suas intenções ou a malsinar os seus propósitos, é e será aquilo que sempre foi: um jornal republicano e independente, que não abdica das suas convicções, que se tem mantido sempre fiel à ideia que presidiu à sua fundação, procurando servir os interesses do País na medida exacta das suas possibilidades, e que não recebe lições de patriotismo, de coerência ou de honestidade de todo o bicho-careta que se proponha dar-lhas. Somos, evidentemente, a favor da verdade contra a mentira, da razão contra o erro, do direito contra a força, da tolerância contra a prepotência, (...) (Lopes, 1975:58)

DIÁRIO DE NOTÍCIAS⁷

Foi fundado em 1864 e ainda hoje é um dos jornais de maior circulação do país. O seu director, entre 1947 e 1971, foi Augusto de Castro, tendo como editor, entre 1960 e 1971, Alberto Ramires dos Reis.

Era um matutino que pretendia ser um jornal de informação geral, popular e independente. Na apresentação do seu programa dizia:

O *Diário de Notícias* - o seu título o está dizendo - será uma compilação cuidadosa de todas as notícias do dia, de todos os países e de todas as especialidades (...) Eliminando o artigo de fundo, não discute política, nem sustenta polémica. Regista com a possível verdade todos os

⁶ Cf Lemos, 2006:256-260.

⁷ Cf Lemos, 2006:260-266.

acontecimentos, deixando ao leitor quaisquer que sejam os seus princípios ou opiniões, o comentá-los a seu sabor. (...) É pois um jornal de todos e para todos - para pobres e ricos de ambos os sexos e de todas as condições, classes e partidos.» (Lemos, 2006:262)

Agências Noticiosas⁸

Em 1960/61 havia em Portugal duas agências noticiosas, a Lusitânia e a ANI.

A Lusitânia foi fundada em 1944 pelo jornalista Luis Caldeira Lupi, com um objectivo inicial bastante específico: desagradado com as notícias sobre Portugal que as agências estrangeiras forneciam aos periódicos das Colónias, propôs-se criar uma agência para a troca de informação entre Portugal e as suas colónias, «*numa perspectiva de clara exaltação do Estado Novo*». (Fonseca, 1995)

De facto, Lupi era ideologicamente bastante próximo do poder político e a Lusitânia chegou a beneficiar de uma subvenção do Estado, situação que Lupi tentou manter em segredo, sem sucesso.

Durante os seus 30 anos de existência (foi extinta em Novembro de 1974), «*para cumprir os objectivos a que se propunha, a Lusitânia caminhou sobre um contraditório e instável equilíbrio; o de, em simultâneo, ter de informar e de fazer propaganda*».

Em 1947 é fundada a Agência de Notícias e Informação (ANI), com três sócios: Dutra Faria, Barradas de Oliveira e Marques Gastão, também com o apoio do Governo. No entanto, ao longo dos anos foi ganhando reputação de mais liberal e menos conotada com o regime do que a sua concorrente.

Na década de 1960, a ANI já liderava claramente o campo da informação, deixando a Lusitânia numa posição secundária, situação que se manteve até ao 25 de Abril de 1974. Segundo Silva (2002, 14), uma das razões que «conduziram à estagnação da Lusitânia e à proeminência da ANI» terá sido:

«Após o início da guerra em Angola [em 1961], e apesar dos protestos da *Lusitânia*, a ANI incrementou substancialmente a informação fornecida aos órgãos de comunicação social das colónias e a informação sobre as colónias distribuída em Portugal.»⁹

⁸ Cf Silva, 2002.

⁹ Citando Carlos da Veiga Pereira, num artigo do Expresso de 28 de Março de 1986, intitulado «120 anos de história ao telex».

PARTE III

ANÁLISE DAS TRADUÇÕES DOS DISCURSOS

Discursos que Mudaram o Mundo ou Discursos Que Nasceram do Mundo em Mudança?

III. 1. Introdução e Metodologia - *Da Pergunta à Resposta*

A nossa pergunta fundamental, expressa na Introdução desta Dissertação, consiste em saber se, no início da década de 1960, a tradução e publicação na imprensa portuguesa de discursos políticos estrangeiros (neste caso, anglófonos) referentes ao tema do colonialismo terão sido influenciadas pela existência de Censura e de manipulação de informação, próprias do regime do Estado Novo.

A nossa hipótese é a de que o contexto político de chegada, caracterizado pela Censura e manipulação, influenciava, de facto, a tradução dos discursos políticos que continham referências ao colonialismo.

Foi por isso que definimos como objectivo a identificação de evidências de manipulação e constringimento na tradução, através da análise dos dois discursos escolhidos e respectivas traduções na imprensa, de forma a que nos permitissem responder à nossa pergunta e confirmar a nossa hipótese.

III. 1. 1. Os Contextos

Nos dois subcapítulos seguintes, dedicados à análise dos discursos, começamos por descrever as características específicas dos contextos de partida e de chegada de cada um dos discursos. Pretendemos, com estas breves panorâmicas, identificar os factores contextuais particulares que poderão ser úteis na análise e na conclusão relativa a cada discurso individualmente.

De seguida, e para operacionalizar esta análise comparativa e esta identificação de evidências, criámos uma tabela com seis colunas, onde incluímos os processos fundamentais referidos na Revisão de Literatura, apresentada na Parte II.

Para melhor consulta e leitura destas tabelas, que se prolongam, cada uma, por várias páginas, optámos por colocá-las em Anexos. Para cada uma, surge primeiro uma reprodução em miniatura da tabela inteira, pois esta visão de conjunto permite a percepção da totalidade do texto do discurso e de quantos e que parágrafos foram traduzidos ou referidos pelos artigos de cada jornal, e de seguida encontra-se a tabela em tamanho legível, ocupando algumas páginas sequenciais.

Nos Anexos encontram-se também as reproduções das páginas originais dos jornais, onde saíram os artigos, para se poder ter uma melhor noção da localização e dimensão com que foram publicados, e as transcrições dos mesmos, para melhor leitura.

III. 1. 2. Estrutura da Tabela: Textos de Partida e de Chegada

Os textos de partida e de chegada correspondem às duas primeiras colunas.

Texto de Partida - coluna onde é apresentado o discurso na sua língua original. Os discursos estão divididos por parágrafos, que são identificados como (P[nº do parágrafo]), ou seja, (P1) corresponde ao 1.º parágrafo do discurso e assim sucessivamente. Estes parágrafos definem as linhas em que está dividida a tabela.

Por questões práticas, que tiveram a ver com o desenrolar da análise, há por vezes parágrafos também divididos em unidades de tradução, que seguem o mesmo critério, ou seja, (UT1) refere-se à 1.ª unidade de tradução desse parágrafo e assim por diante.

As unidades de tradução podem ser frases completas, partes de frases ou conjuntos de frases dentro do mesmo parágrafo. A sua divisão obedeceu a necessidades práticas da análise e não a quaisquer critérios teóricos existentes.

Texto de Chegada - coluna onde surge o artigo de jornal a analisar e que está identificado pelo nome e data, no cimo da coluna.

Os parágrafos do artigo de jornal são colocados nas linhas onde se encontram os parágrafos do discurso que lhes correspondem, o que significa que o artigo pode não surgir sequencialmente na sua coluna, se tiver havido reorganização da informação original.

Sendo assim, os parágrafos dos artigos também estão identificados por números sequenciais para que se compreenda melhor a reorganização de que foram alvo. A identificar os parágrafos dos artigos de jornal temos (J[n.º da pág.][n.º do parágrafo na pág.]), ou seja, (J[1]1) significa que é o 1.º parágrafo da página 1, e (J[7]16) significa que é o 16.º parágrafo da página 7.

Também por necessidades práticas da análise foi necessário encontrar uma forma de subdividir estes parágrafos, pelo que podemos encontrar por vezes (IF1) que significa que aquele excerto é a 1.ª Ideia da Frase (é normalmente uma parte de uma frase mas também pode ser uma frase completa dentro de um parágrafo).

Nas transcrições dos artigos dos jornais, estes surgem na sua sequência original, estando também os parágrafos identificados pelo método acima descrito, tornando mais fácil a sua comparação com a tabela.

III. 1. 3. Estrutura da Tabela: Processos de Análise

Correspondem às quatro colunas seguintes. Aqui retomamos os processos de análise já enunciados na Revisão de Literatura feita na Parte II, e através deles pretendemos identificar as características das traduções que nos permitirão tirar conclusões relativas aos objectivos delineados.

Estes processos são:

Estratégias de Recontextualização - são descritas por Blackledge (2005:21), que nos diz, a este propósito, que a recontextualização envolve sempre transformação, sendo que esta depende dos objectivos, valores e interesses do contexto de chegada. Estas transformações processam-se através da adição de novos elementos ou da eliminação de outros, da reorganização dos elementos no novo contexto ou até da sua substituição por outros. Temos assim:

Adição: a recontextualização não envolve apenas alterações mas também a adição de novos elementos. As adições podem incluir reacções, justificações e legitimizações.

Eliminação: o discurso raramente é representado com exactidão noutros contextos, e uma das questões é: o que foi eliminado do original ou da versão anterior?

Reorganização: o discurso pode não ser recontextualizado pela ordem com que foi apresentado. A ênfase pode ser alterada se um aspecto particular, inicialmente secundário, for colocado nas posições mais visíveis do início ou do fim do texto, como título ou conclusão.

Substituição: haverá frequentemente substituições de uma coisa por outra, através de meios linguísticos como a nominalização, metáfora, metonímia, sinédoque e personalização¹⁰.

Funções Estratégicas - descritas por Schäffner (2004:144), evidenciam a ligação entre as situações políticas e os níveis de organização do discurso. Schäffner define-as deste modo:

Coerção: O poder pode ser exercido através do controlo do acesso à informação, como seja, selecção de textos de partida disponíveis para tradução, controlo do produto final, usar a tradução ao serviço da agenda política (...)

Resistência, oposição e protesto: Muitas das estratégias discursivas usadas pelo poder como coerção podem ser revertidas por aqueles que se vêem como contra-poder (...)

Dissimulação: Controlo quantitativo e qualitativo da informação, ou seja, evitar que as pessoas recebam informação, não permitindo que certos textos circulem traduzidos, ou proporcionando apenas alguns extractos traduzidos dos textos de partida, ou ainda publicando deliberadamente traduções incorrectas (...)

Legitimação e deslegitimação: Representação positiva de si próprio e negativa do Outro, explícita ou implicitamente, utilizando estratégias tradutórias específicas, uso e abuso de textos favorecendo ideologias nacionais (...)¹¹

Identificando estas estratégias, os textos políticos traduzidos podem transformar-se, muitas vezes, segunda a autora (2004:131), em «janelas para as ideologias presentes nessas culturas políticas».

Actos de Fala - como vimos anteriormente, Lima (2006:47-50) classifica os actos de fala em cinco grandes grupos:

Actos assertivos: o seu objectivo ilocutório é comprometer o falante com a verdade da proposição expressa (em termos de verdadeiro/falso) e o estado psicológico expresso é o de crença (na verdade da proposição expressa).

Actos directivos: o objectivo ilocutório é levar o interlocutor a praticar uma acção e o estado psicológico expresso é a vontade ou desejo (que o outro corresponda à acção solicitada).

Actos compromissivos: o objectivo ilocutório leva a que o falante se coloque sob a obrigação de praticar uma acção e o estado psicológico que expressa é o da intenção (de praticar uma acção futura).

Actos expressivos: o objectivo ilocutório é o de expressar um estado psicológico acerca de algo referido no conteúdo proposicional e estado psicológico expresso varia consoante o acto: reconhecimento, satisfação, tristeza ou pena, etc.

¹⁰ Tradução nossa a partir do texto original que reproduzimos nas pp. 17-18.

¹¹ Tradução nossa a partir do texto original que reproduzimos na p. 22.

Declarações ou Actos Declarativos: têm como objectivo ilocutório produzir um novo estado de coisas; uma declaração bem-sucedida produz uma correspondência entre a proposição expressa e a realidade criada.

Além destes actos ilocutórios, procuramos também identificar *implicitações* e *pressuposições*, tal como são descritas na Parte II.

Estruturas Discursivas - são apresentadas por van Dijk (2006:376) como estruturas que, ao serem identificadas, atestam a existência de constrangimentos contextuais de carácter manipulativo, ou seja,

- a) enfatizam a posição, poder, autoridade ou superioridade moral do orador em relação ao receptor
- b) destacam as crenças, e respectivos argumentos, que o manipulador quer que o receptor aceite como conhecimento válido
- c) desacreditam fontes e crenças alternativas (representação positiva/ negativa do Nós/ Outro)
- d) apelam a ideologias, atitudes e emoções relevantes para o receptor¹².

III. 1. 4. As Conclusões

No fim de cada subcapítulo surgem as conclusões intermédias da análise realizada, através das quais procuramos essencialmente perceber se fica comprovada a existência de manipulação em momentos concretos dos textos jornalísticos e identificar em que medida se reflectem neles os mitos e crenças que eram o suporte ideológico fundamental do regime político (ver Parte II. 2.).

III. 2. «The Wind of Change»

Discurso de Harold Macmillan, Primeiro-Ministro britânico, feito no Parlamento Sul-Africano, a 03 de Fevereiro de 1960.

III. 2. 1. O Contexto de Partida e o Discurso

Harold Macmillan foi primeiro-ministro da Grã-Bretanha entre 1957 e 1963 e uma das suas grandes preocupações foi a recuperação do bom entendimento do seu país com

¹² Tradução nossa a partir do texto original que reproduzimos na p. 19.

os EUA (que se tinha complicado em 1956, na sequência da Crise do Suez), através das boas relações pessoais que manteve com os presidentes Eisenhower e Kennedy. Ainda a nível internacional, enfrentou a complexidade da Guerra Fria e teve a missão de conduzir o país durante a crise dos mísseis de Cuba, de intervir como mediador na questão de Berlim Oeste e de se bater pela credibilidade e efectividade do controlo mundial das armas nucleares.

Conseguiu recuperar o papel influente da Grã-Bretanha, e iniciou um processo de afastamento de políticas imperialistas ultrapassadas embora mantendo um estilo e comportamento tradicionalistas, que acabaram por tornar mais aceitável a transformação da Grã-Bretanha numa potência menos poderosa. Era este o caminho apontado por uma série de estudos sobre os custos e as vantagens da manutenção das imensas colónias britânicas.

A retirada do Império foi paralela a um progressivo aumento de influência da Commonwealth, simbolizada pela sua digressão pelos países da Commonwealth, em 1958.

Em 1960, na África do Sul, foi o seu discurso «The Wind of Change»¹³ que marcou a reorientação da política externa da Grã-Bretanha, afastando-a do Apartheid e acelerando o processo de descolonização do Império Britânico, que se estendeu simultaneamente aos outros grandes impérios da época (francês e holandês).

Na sequência deste posicionamento, a África do Sul declarou a República no ano seguinte e foi afastada da Commonwealth. (cf «English History», *Encyclopaedia Britannica*)

III. 2. 2. O Contexto de Chegada e a Recepção na Imprensa Portuguesa

Em Fevereiro de 1960, quando teve lugar o discurso de Macmillan na África do Sul, o contexto político português era marcado pela existência do regime ditatorial do Estado Novo, que durava há 28 anos (ver Parte II. 2.).

No entanto, na década anterior sobressaem alguns factos internos e internacionais que importa aqui realçar.

¹³ Ver Anexo E - Discurso integral de Harold Macmillan.

Já vimos na Parte II. 2. que, em Junho de 1951, uma alteração constitucional substituiu a terminologia usada no Acto Colonial, abandonando as referências ao «Império Colonial Português» e às «Colónias» e passando a referir os ditos territórios como «Províncias Ultramarinas» e «Ultramar». Esta alteração previa já as dificuldades que a Carta das Nações Unidas poderia vir a causar a Portugal, especialmente devido ao seu artigo 73, o que veio a materializar-se em 1956.

Em Fevereiro de 1956, o Secretário-Geral da ONU indagou o governo português acerca da existência de «territórios não-autónomos» administrados por Portugal.

O governo português respondeu negativamente: de acordo com a Constituição em vigor, Portugal não possuía colónias nem administrava territórios não-autónomos. As suas “províncias ultramarinas” eram uma parte integrante do Estado português da mesma maneira que o eram as suas províncias continentais. (Rodrigues, 2006: 61)

Apesar de a entrada de Portugal na NATO em 1949 e na ONU em 1955 indiciarem algum tipo de abertura ao mundo, a mesma «não foi acompanhada por uma modificação do sistema político, que manteve a repressão como garantia de obediência social e de funcionamento do sistema» (Cervelló, 2010:41). A PIDE foi reorganizada em 1954, vindo aumentado o período de detenção sem controlo judicial até um ano e a possibilidade de o alargar arbitrariamente. Em 1956, este período alargou-se até aos três anos.

Já entre princípios de 1959 e princípios de 1960, vários factos se destacam na cronologia «Os Acontecimentos» (Afonso e Matos Gomes, 2010:9-28), que indicam uma clara percepção do regime em relação a um provável desenvolvimento negativo da situação nos seus territórios africanos.

Assim, logo a 6 de Fevereiro de 1959 é nomeada uma comissão para estudar as «Condições particulares que envolvem a segurança dos vários territórios da Nação portuguesa, quer metropolitanos, quer - e sobretudo - ultramarinos», para a criação de «Unidades especiais de intervenção imediata». A 22 de Abril, sai uma directiva sobre a necessidade de organização de unidades terrestres para operações de contra-guerrilha para actuação no Ultramar e, a 13 de Julho, é aprovado, pelo Conselho Superior de Defesa, o plano de reapetrechamento das forças terrestres ultramarinas. A 6 de Novembro é criado o Centro de Operações Especiais, em Lamego, destinado a preparar tropas para a luta anti-guerrilha. Finalmente, a 20 de Janeiro de 1960, uma directiva do CEMGFA alterou os

objectivos estratégicos da Defesa Nacional, apontando para uma futura guerra no Ultramar. (cf Afonso e Matos Gomes, 2010:9-28)

Também a partir de 1958, a Oposição foi responsável por tempos difíceis para o regime. Em Junho de 1958, Humberto Delgado concorre às eleições presidenciais, provocando uma movimentação cívica na sociedade que terminou com uma manipulação evidente dos resultados por parte do regime e a derrota do general. O mal-estar criado acabou por levar a uma tentativa de golpe militar em Março de 1959, conhecido como Golpe da Sé, que foi também abortada pelo poder. (Cervelló, 2010:42)

Foi nestes contextos internacional e nacional que o discurso de Macmillan na África do Sul chegou aos periódicos portugueses.

No próximo subcapítulo, a análise da abordagem que os três jornais seleccionados fizeram do referido discurso, mostrará evidências de que, em face do contexto então vivido, o regime terá feito uso do seu poder censório para limitar o impacto da sua mensagem. No entanto, estando a Guerra Colonial à distância de mais de um ano, detectaremos também evidências de ainda haver margem para a expressão de certas inclinações ideológicas dos periódicos que, em Setembro de 1961 (aquando do discurso de Kennedy), já não iremos encontrar facilmente.

III. 2. 3. Análise comparativa das traduções

III. 2. 3. 1. Diário da Manhã - 05 Fev 60¹⁴

Artigo completo na página 3, com 5 parágrafos. Localizado num pequeno rectângulo no canto inferior esquerdo. Sem referências na 1.ª página.

Este artigo transmite-nos dois objectivos subjacentes.

O primeiro é o de mostrar, logo no título, que não foge ao tema do racismo (representado pela referência de Macmillan à «ideia de superioridade de uma raça sobre a outra»), deixando implícita a ideia de que esse tema não é tabu na sociedade portuguesa

¹⁴ Ver Anexos E1 - Reprodução da Página, E2 - Transcrição do Artigo Analisado e E3 - Tabela Comparativa.

porque nos territórios portugueses não existe o problema dos direitos dos indivíduos, uma vez que todos são tratados «com igualdade numa grande nação comum».

Encontramos aqui implícito o mito da nação multirracial, segundo o qual todos os habitantes das províncias portuguesas (incluindo as ultramarinas) viviam em harmonia e igualdade. (Ver Parte II. 2.)

O segundo objectivo subjacente é o de retirar importância ao impacto do discurso. Por um lado, são eliminadas muitas das suas ideias essenciais como, por exemplo, as referências à instabilidade política vivida no continente africano devido à onda de nacionalismos e independências **(P8)**, as referências ao movimento de independências em curso há 50 anos por todo o mundo e ao surgimento de uma consciência nacionalista africana **(P10)**, a ideia tema do discurso: o «vento de mudança» **(P12)** e ainda a afirmação de que a Grã-Bretanha acredita no destino político dos homens livres, o que torna impossível a sua concordância com o regime discriminatório sul-africano **(P30)**.

Por outro, destacam-se ocorrências que diminuem o discurso na sua intenção principal: a crítica pública ao regime violento do *apartheid*. Estas ocorrências são representadas essencialmente pela referência à importância das relações económicas entre os dois países, tentando demonstrar que, para a Grã-Bretanha, elas estão acima da importância que possam ter os protestos/boicotes levados a cabo pela opinião pública britânica - em **(J[3]3)** a construção da frase em português reforça a condenação dos boicotes, fazendo a ligação directa com a afirmação da importância dos laços existentes entre os dois países através da Comunidade Britânica; esta ideia é reforçada neste mesmo parágrafo, pelo acto de fala compromissivo que é atribuído a Macmillan e introduzido pelos verbos «condenar» e «sublinhar», pretendendo explicitar o comprometimento do orador com as acções referidas.

Também a inclusão de duas reacções ao discurso, vindas da imprensa e da oposição sul-africanas, pretende desvalorizar e diminuir o referido impacto. Em **(J[3]4)**, o artigo recorre à citação em discurso directo de um jornal sul-africano; os termos que lhe atribui (através da tradução) - «combinação estilística de candura e de diplomacia» - conferem-lhe uma superioridade moral na análise do discurso, implicando que Macmillan não terá correspondido às expectativas daqueles que esperavam dele maior assertividade na

condenação do regime (beneficiando assim o regime); esta condescendência acaba por funcionar como uma desvalorização do discurso.

Em **(J[3]5)**, a citação em discurso directo da reacção de Alan Paton, um líder branco da oposição nacional ao *apartheid*, conhecido internacionalmente, reforça a ideia de que a posição de Macmillan foi considerada moderada até pela oposição, desacreditando assim o eventual impacto que o orador pretenderia com este discurso.

Outro pormenor de onde pode deduzir-se a intenção de desvalorizar a força do discurso é o uso de uma certa ironia crítica, como em **(J[3]1)** - «Há surpresa e aprovação na generalidade dos comentários sobre as declarações do Primeiro-Ministro britânico...» - a construção do enunciado implícita uma recepção positiva do discurso, que seria contrária às intenções iniciais do orador. O facto de o artigo surgir apenas na página 3, sem chamada à primeira página, também corrobora esta secundarização com que o tema é tratado pelo jornal.

Todo este enquadramento corresponde não só à identidade ideológica do próprio jornal (ver Tema II. 2.), mas também à ideologia que era socialmente imposta pelo poder e que se reflectia nos mitos do império multirracial e pluricontinental, com um estatuto único em relação ao resto do mundo, que não se confundia com os restantes «impérios».

A fonte de informação do artigo é a agência noticiosa portuguesa ANI.

III. 2. 3. 2. Diário da Manhã - 06 Fev 60¹⁵

Artigo na página 3, com quatro parágrafos. Localizado no canto inferior direito, na 7.ª e última coluna, com pouco destaque no título.

Esta pequena notícia apresentada no dia seguinte pelo DM vem reforçar significativamente a pretensão do jornal de desvalorizar o discurso de Macmillan e a posição assumida por este sobre a situação política da África do Sul, em particular, e à de toda a África, em geral.

A notícia serve apenas para sublinhar duas ideias: em **(J[3]1)** e **(J[3]3)** o facto de que a condenação do *apartheid*, implícita no discurso, não é algo suficientemente forte ou

¹⁵ Ver Anexos F1 - Reprodução da Página, F2 - Transcrição do Artigo Analisado e F3 - Tabela Comparativa.

grave que implique consequências económicas ou diplomáticas entre os dois países e em **(J[3]12)** o facto de as declarações serem assumidas como opiniões pessoais, o que lhes retira toda a força institucional.

Assim, esta estratégia de adição de informação configura uma função de deslegitimação em relação à credibilidade do orador e das suas palavras e, tratando-se de uma adição, podemos atribuí-la à posição ideológica do próprio jornal, que terá gerado esta iniciativa, e não a uma intervenção prévia da Censura.

A fonte de informação referenciada no final é também a agência noticiosa portuguesa ANI.

III. 2. 3. 3. Diário de Notícias - 04 Fev 60¹⁶

Artigo de 1.^a página, que continua no interior, na página 5. Na 1.^a página tem três parágrafos e na p. 5 mais três parágrafos. Na 1.^a página surge a meio da primeira coluna, com um título menor, dando ideia de estar inserido num outro artigo sobre o desacordo dos deputados conservadores britânicos em relação à política africana do seu governo.

Neste artigo do DN podemos aperceber-nos de que há uma tentativa de mostrar o discurso de Macmillan à luz de uma moderação e de um equilíbrio de argumentos que está longe de existir no original.

Logo no título encontramos a ideia de «terreno de entendimento», que nunca é referida no discurso mas que é usada para destacar esta notícia na primeira página, implicando a procura de um processo pacífico de entendimento. Este título tem como função a dissimulação da oposição expressa da Grã-Bretanha ao *apartheid* e do tom assertivo em que o discurso foi feito.

Dos seis parágrafos do artigo, os dois primeiros referem questões colocadas por Macmillan - o nacionalismo africano no contexto da rivalidade Este-Oeste, as independências das antigas colónias da Grã-Bretanha e o problema do *apartheid* - enquanto os restantes quatro apresentam argumentos que desvalorizam as denúncias

¹⁶ Ver Anexos G1 - Reprodução da Página, G2 - Transcrição do Artigo Analisado e G3 - Tabela Comparativa.

feitas - compreensão dos problemas próprios da África do Sul, desaprovação dos boicotes e resposta do primeiro-ministro sul-africano defendendo o regime.

Assim, o artigo inicia-se logo com a questão mais abrangente da dicotomia Leste-Oeste - que surge apenas em **(P16)** no discurso - apresentando-a como a principal causa para a forma como a Grã-Bretanha aborda a questão dos nacionalismos africanos.

O artigo tenta justificar as descolonizações britânicas com a oposição ao bloco comunista, apresentando a tradução de uma frase em discurso directo **(J[1]1) (IF3) + (IF4)**, que não corresponde a nenhuma frase do discurso original, mas que foi construída a partir de duas frases diferentes e não consecutivas **(P16) (UT2) + (P18) (UT1)**.

Já na p.5, todos os parágrafos do artigo tendem a apresentar informação que desvaloriza as questões essenciais colocadas por Macmillan. A forma assertiva atribuída a Macmillan pela expressão «declarou-se convencido da existência de problemas próprios» **(J[5]1)**, tem um efeito de atenuação das críticas ao regime em causa, pelo reconhecimento de problemas específicos. No parágrafo seguinte **(J[5]2)**, enfatiza-se a posição negativa da Grã-Bretanha em relação ao tema dos boicotes, descreditando aqueles que os organizaram como protesto político. É interessante constatar que, apesar de seleccionar este parágrafo específico do discurso **(P36)** para o incluir no texto, o artigo elimina a menção feita por Macmillan, no mesmo parágrafo, de que esta questão dos boicotes era apenas um parentese na sua intervenção; esta frase ganha assim uma visibilidade que não tinha no conjunto do discurso. Por fim, os dois parágrafos finais do artigo **(J[5]3)** e **(J[5]4)**, já extra-discurso, dão a palavra ao primeiro-ministro da África do Sul que põe a tónica na necessidade de o conceito de justiça ser também aplicado aos brancos, expondo uma suposta fragilidade do «homem branco».

Terminamos esta análise referindo que grande parte do discurso é eliminado, assim como muitas das suas ideias fundamentais. Logo de início, de **(P4)** a **(P14)**, são eliminadas todas as ideias relativas à instabilidade política e à nova dinâmica de auto-determinação africanas, às causas desta consciencialização, aos interesses e valores britânicos e à ideia-chave do «vento de mudança». Mais à frente, de **(P20)** a **(P24)**, são também eliminadas todas as ideias relativas à defesa das sociedades como lugares de liberdade e respeito pelos direitos individuais, ao direito individual de aceder às responsabilidades e poder político e ao reconhecimento baseado no mérito individual de cada um.

A fonte de informação referenciada no final do artigo é a agência noticiosa francesa France Press (FP).

III. 2. 3. 4. Diário de Lisboa - 06 Fev 60¹⁷

Artigo com início na 1.^a página, com três parágrafos, no canto superior direito. Continua na p. 16 (última página), com nove parágrafos, ocupando todo o quarto superior esquerdo da página.

Apesar de ser o jornal que mais espaço dedica a este tema, apenas três dos nove parágrafos têm citações traduzidas directamente do discurso: **(J[1]3), (J[16]2) e (J[16]7)**.

Grande parte do artigo apresenta informação adicionada ao discurso, procurando descrever o contexto social, político e económico que Macmillan foi encontrar em África e relacionando-o com as declarações e anúncios que foi fazendo ao longo do seu périplo **(J[16]1), (J[16]3) (IF2), (J[16]4), (J[16]5), (J[16]6), (J[16]8)**.

Várias estruturas discursivas indicam que o jornal tem uma posição favorável às ideias expressas por Macmillan e que tenta transmiti-la através de implicações e manipulação de informação. Por exemplo, à menção explícita ao conceito de «África Negra», logo no título, podemos atribuir uma função de resistência à ideologia que retratava as colónias africanas portuguesas como províncias de um país europeu e não como parte natural do espaço geográfico e político assim denominado (África Negra). Também o título da página 16 volta a referir o conceito de «África Negra» e remete para um acto compromissivo de Macmillan, através da expressão verbal «não abdicará da amizade». Ainda neste mesmo título, a utilização da palavra «lição», como metáfora do efeito que teve a intervenção de Macmillan, implícita que essa intervenção foi inesperada (e negativa) relativamente às expectativas dos seus ouvintes directos, atribuindo uma superioridade moral ao orador.

No primeiro parágrafo **(J[1]1)**, que introduz o artigo, o tom literário de algumas expressões, como «despedida nostálgica», «ar de inquietação», tenta despertar emoções no receptor em relação ao contexto dos factos descritos.

¹⁷ Ver Anexos H1 - Reprodução da Página, H2 - Transcrição do Artigo Analisado e H3 - Tabela Comparativa.

O segundo parágrafo (**J[1]2**) enfatiza o poder do orador, como representante de uma «Coroa com milhões de súbditos» e detentora da «herança da rainha Vitória» [referindo-se ao Império]. Amplifica também a sua posição neste assunto, apresentando-a como um crescendo de afirmação ao longo da viagem, através das expressões consecutivas «esboçada», «afirmada com mais nitidez» e «perfeitamente clara». De seguida, surge uma expressão que liga (**IF1**) e (**IF2**) através de um sinal de dois pontos, fazendo crer que a segunda frase foi efectivamente expressa pelo primeiro-ministro, quando tal não corresponde a nenhuma parte do discurso proferido. Finalmente, o parágrafo termina frisando a importância das populações negras para o futuro económico e estratégico da Grã-Bretanha e da Comunidade Britânica, fornecendo números impressionantes que também não são mencionados no discurso. O artigo atreve-se a deduzir mesmo que, «se se impuser a escolha entre a Africa Branca e a Africa Negra, a Inglaterra preferirá a amizade da Africa Negra» (**J[1]2**).

A função de resistência continua presente em (**J[1]3**), que puxa para a primeira página o facto de a Grã-Bretanha ser favorável às novas independências, para «servir os interesses de todo o mundo livre» (expressão que só aparece em (**P18**)). Neste parágrafo, as populações brancas continuam a ser descritas como confusas e desorientadas (**IF1**) e o primeiro-ministro britânico como alguém seguro das suas ideias e do caminho escolhido.

Mais à frente, em (**J[16]7**), o artigo volta a enfatizar a posição do orador ao reforçar o facto de que a ideia do «vento de mudança» não é só deste discurso mas tem sido recorrente e reafirmada em vários discursos anteriores (**IF1**), em ligação com uma expressão também em discurso directo mas que não se encontra no discurso (**IF2**) (configurando uma adição), expressão esta que é inclusivamente puxada para subtítulo («Consevemos unida a nossa Comunidade»). A proposição é ainda reforçada com outra adição, a de que este foi «um apelo cheio de emoção». Esta ligação tem como função destacar a crença e respectivo argumento do orador: a de que as mudanças políticas serão inevitáveis e que a importância de manter a união dos países da Comunidade Britânica depende do reconhecimento por todos desse facto.

Outro exemplo da tendência de resistência do jornal são as descrições de estados de espírito subjectivos que Macmillan teria provocado nos seus interlocutores - nos brancos, confusão, incompreensão, «profundo silêncio», decepção, em (**J[1]3**), (**J[16]2**) e

(J[16]4), ou seja, sentimentos negativos, e aos negros afirmando que «manteria a sua protecção», «manteria o seu protectorado», «partilha das suas ambições e esperanças» (criando expectativas positivas), em (J[16]4), (J[16]5) e (J[16]6).

Finalmente, sobressai a eliminação dos parágrafos do discurso (P20) a (P36), onde eram abordadas ideias fundamentais sobre a importância dos valores cristãos e o respeito pela lei como bases das sociedades livres, a defesa das sociedades como lugares de liberdade e respeito pelos direitos individuais, o direito individual a aceder às responsabilidades e poder político, a afirmação clara do princípio de igualdade das raças como política oficial da Grã-Bretanha, a lealdade às novas nações como mais importante que as questões raciais, etc. Tendo em conta a inclinação ideológica deste periódico e toda a dinâmica de resistência implícita que se detecta neste artigo, deduzimos que terá havido intervenção directa da Censura sobre a eliminação dos temas acima mencionados, configurando uma acção de coerção.

A fonte de informação referenciada no final do artigo é a France Press (FP), tal como acontece no DN, embora sejam de dias diferentes.

III. 2. 4. Conclusões

Podemos concluir, através da análise comparativa às abordagens feitas por estes três periódicos ao discurso de Harold Macmillan, primeiro-ministro da Grã-Bretanha, e como mostraremos de seguida, que são visíveis e detectáveis diferenças ideológicas entre os três jornais.

Apesar de sabermos que existia uma actuação omnipresente da Censura (ver Parte II. 2.), o facto de este período ser ainda anterior à Guerra Colonial mostra que era possível, utilizando estratégias diferentes, marcar determinados posicionamentos no espectro ideológico da sociedade.

O *Diário da Manhã*, cujo posicionamento era favorável ao regime e aos seus grandes ideais (ver Parte II. 2.), tem como estratégia a desvalorização do impacto do

discurso e da importância das posições assumidas por Macmillan. Também o facto de apresentar tão claramente a questão da posição da Grã-Bretanha contra a política de *apartheid* da África do Sul (ver Parte III. 2. 3. 1.) poderá significar que tinha a intenção de mostrar que Portugal se distanciava da questão racial devido à sua política de «nação multirracial», onde os portugueses de todo o império eram tratados como iguais, não havendo, por isso, razão para se evitar o assunto; podemos deduzir que a finalidade seria afastar Portugal da controvérsia que se tornava central internacionalmente em relação aos territórios colonizados ainda existentes.

Toda a construção da notícia e a utilização que é feita da tradução, tem um efeito descredibilizador do discurso, implicando nele que as relações económicas e estratégias da Grã-Bretanha com a África do Sul, ambos pertencentes à Comunidade Britânica, são na verdade mais importantes para a Grã-Bretanha do que a questão social de um regime de discriminação racial, que até pode ser considerado como um assunto de política interna. Isto torna-se especialmente claro na pequena notícia de dia 06 de Fevereiro, em que se destaca o facto de Macmillan ter assumido, no dia seguinte ao do discurso, que transmitira apenas «opiniões pessoais». Como vimos, a adição desta notícia no dia seguinte configura uma opção voluntária do jornal, cumprindo uma função de deslegitimação em relação à credibilidade do orador e das suas palavras.

Quanto ao *Diário de Notícias*, que tentava, de certa forma, ser neutro em relação a tomadas de posição políticas, mas com algum cariz situacionista (ver Parte II. 2.), a análise feita na Parte III. 2. 3. 3. mostra que ele opta por dar uma imagem quase inócua do discurso, em que os argumentos a favor e contra o regime político da África do Sul se equivalem, desvalorizando as denúncias feitas por Macmillan e apresentando-o como compreensivo para com a situação do país visitado.

No fundo, reconhece-se a presença de uma estratégia de deslegitimação da posição da Grã-Bretanha mas camuflada por uma abordagem moderada.

Já no caso do *Diário de Lisboa*, a exposição que faz do tema do discurso de Macmillan comprova a sua tendência ideológica de resistência ao Regime (ver Parte II. 2.).

Começamos por perceber esta tendência logo no título, pela menção explícita ao conceito de África Negra, que pode ser entendida como uma discordância implícita em

relação à ideologia que retratava as colónias africanas portuguesas como províncias de um país europeu.

Depois, como mostrámos na análise da Parte III. 2. 3. 4., a sequência e pormenor dos factos informativos - extra-discurso - enfatizam as ideias transmitidas no discurso de Macmillan, mostrando que a Grã-Bretanha pretende apoiar as comunidades negras e privilegiar relações económicas fundamentais com elas, em vez de ficar presa a uma solidariedade tradicional com as comunidades brancas minoritárias, que estão com grande dificuldade em acompanhar o «vento da história». As descrições (apoiadas em excertos traduzidos, como vimos) de estados de espírito subjectivos que Macmillan teria provocado nos seus interlocutores - nos brancos, sentimentos negativos, e nos negros, expectativas positivas - reforçam a importância desta intervenção do primeiro-ministro britânico a favor da consciencialização e auto-determinação dos povos negros.

Pode dizer-se que, através do exemplo do rumo para o futuro que é apontado pela Grã-Bretanha, O DL pretende deixar aqui posto em causa o mito de que os impérios coloniais eram indivisíveis e inalienáveis.

III. 3. «A World of Free and Equal States»

Primeiro discurso de John F. Kennedy, Presidente dos Estados Unidos, perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, a 25 de Setembro de 1961.

III. 3. 1. O Contexto de Partida e o Discurso

No início da década de 1960, a economia dos EUA atravessava uma fase estável e vigorosa, com a produção, o emprego e as receitas em crescimento. Os cientistas faziam progressos notáveis na exploração do espaço. Mas, no sudeste da Ásia, continuava a controversa guerra do Vietname. A proliferação de armas nucleares, com a França e a China comunista a intensificarem as suas experiências neste campo, ameaçava as perspectivas do desarmamento e da paz mundial.

Kennedy assumiu a Presidência dos EUA em Janeiro de 1961, com um eloquente discurso em que apelava à luta contra a tirania, a pobreza, a doença e a guerra em todo o

mundo. No primeiro ano teve de lidar com a manutenção da Guerra Fria e as relações tensas com o bloco soviético, de que a crise de Berlim Oeste foi um exemplo.

Em Setembro, uma semana antes da data marcada para o primeiro discurso de Kennedy na Assembleia, o Secretário-Geral da ONU morre num acidente de avião. Alguns aconselharam o Presidente a cancelar a intervenção mas este achava que a ONU tinha um futuro a cumprir e decidiu abordar claramente os verdadeiros problemas com que, naquele momento, a ONU e o mundo se confrontavam:

(...) a stronger United Nations – disarmament and a nuclear test ban – cooperation on outer space and economic development – an end to colonialism – and recognition of the Communist threats to peace over Berlin and Southeast Asia. (John F. Kennedy, Presidential Library and Museum, Historic Speeches)

De facto, uma leitura completa do discurso¹⁸ encontrará a seguinte sequência de temas:

- 1- Morte do secretário-geral da ONU num acidente
- 2- Substituição do secretário-geral - recusa da troica proposta pela URSS
- 3- Abolição das armas de guerra
- 4- Programa de Desarmamento Global- proibição de testes nucleares
- 5- Criação de Corpo Manutenção de Paz pela ONU
- 6- Conquista do espaço
- 7- Autodeterminação dos povos
- 8- Condenação do colonialismo e suas formas agressivas; chamada de atenção para o caso dos países subordinados à URSS
- 9A- Guerra do Vietname
- 9B- Crise de Berlim Oeste
- 10- Apelo à paz global

III. 3. 2. O Contexto de Chegada e a Recepção na Imprensa Portuguesa

À data do discurso de Kennedy na ONU, as relações de Portugal com os EUA, por um lado, e com a ONU, por outro, já eram problemáticas. (Rodrigues, 2006:61)

¹⁸ Ver Anexo I - Discurso integral de John F. Kennedy.

Já vimos (na Parte II. 2.) que, desde 1956, Portugal se recusava a assumir os seus territórios não-autónomos como colónias, tendo criado para eles um estatuto de províncias ultramarinas. Esta questão manteve-se sempre presente na Assembleia das Nações Unidas e finalmente, na Assembleia Geral de 15 de Dezembro de 1960, foi aprovada a Resolução 1514, que «condenava em termos genéricos qualquer forma de colonialismo, declarando que todos os povos tinham o direito à autodeterminação. Portugal votou favoravelmente esta resolução, argumentando não ser uma potência colonial» (Rodrigues, 2006:62).

Nessa mesma Assembleia, e apesar da abstenção dos EUA e da Inglaterra, foi também aprovada a Resolução 1542, determinando que os termos definidos nas resoluções anteriores se aplicavam a todos os territórios sob administração portuguesa.

No entanto, foi em 1961 que o debate sobre a questão colonial portuguesa passou definitivamente para primeiro plano, tanto no Conselho de Segurança, como na Assembleia Geral das Nações Unidas. Após a tomada de posse de Kennedy como Presidente dos EUA, em Janeiro de 1961, a sua administração decidiu apostar na política anti-colonialista e na causa da auto-determinação e independência dos povos africanos. A partir daí, «a relação bilateral [entre os dois países] conheceu um momento de crise e de quase ruptura, que se desenvolveu ao longo de 1961 e parte de 1962». (Rodrigues, 2004) Segundo Rocha (2009:3), esta tensão entre as duas diplomacias deveu-se à perspectiva que os americanos tinham de que «Portugal deveria seguir os exemplos francês e inglês, iniciando um processo de transferência de soberania para Angola e Moçambique»; mas, obviamente, e como já vimos antes (na Parte II. 2.), «Portugal discordava desta perspectiva, considerando as suas colónias como províncias ultramarinas, acusando os americanos de objectivos expansionistas e desconfiando também das suas promessas de ajudas, caso alterasse a sua política colonial».

Contudo, o primeiro momento de tensão entre os EUA e Portugal ocorreu logo a 22 de Janeiro de 1961, por causa do famoso assalto ao paquete *Santa Maria*. O *Santa Maria* foi assaltado por um grupo de opositores dirigido por Henrique Galvão, e a sua intenção era dirigirem-se a Angola para apoiarem um movimento nacionalista em preparação, em coordenação com o general Humberto Delgado. Quando soube do acontecimento, o

governo português pediu ajuda aos governos americano e britânico para a recuperação do navio. Ambos se prontificaram a fazê-lo mas o governo americano, quando se apercebeu da dimensão política da acção, acabou por conferenciar com os revoltosos e encaminhá-los para o asilo político no Brasil, o que muito desagradou ao governo de Salazar. (Afonso e Matos Gomes, 2010:51).

Logo nos dois meses seguintes eclodiram as primeiras revoltas contra o domínio colonial português em Angola. A 4 de Fevereiro, em Luanda, dá-se o assalto (fracassado) de grupos nacionalistas angolanos às prisões civis e militares da cidade, tendo os revoltosos eliminado quatro polícias e sofrido 15 mortos e vários feridos. Dias depois, a delegação da Libéria na ONU solicitou uma reunião urgente do Conselho de Segurança para apreciação da situação em Angola. (Afonso e Matos Gomes, 2010:60-61)

O governo português protestou imediatamente e considerou o pedido da Libéria como «ilegal, não justificado» e «violador» da própria Carta das Nações Unidas, a qual «proibia qualquer interferência nos assuntos internos dos Estados». (Rodrigues, 2006:63)

Mas, três dias depois, o Conselho de Segurança das Nações Unidas emitia a sua primeira resolução condenatória da política colonial do governo português. (Afonso e Matos Gomes, 2010:60)

Menos de um mês depois, a 15 de Março, acontecem os massacres no norte de Angola, dirigidos pela UPA, contra colonos portugueses e algumas populações negras, causando centenas de vítimas, assassinadas de forma bárbara. Por coincidência, nesse mesmo dia, uma moção do Conselho de Segurança das Nações Unidas condenando a situação em Angola (embora não tenha sido aprovada) foi votada simultaneamente pelos EUA e pela URSS, o que era uma situação inédita à data. (Afonso e Matos Gomes, 2010:64)

Na sequência destes acontecimentos, diz-nos Rodrigues (2004) que:

o governo português reagiu de forma determinada e iniciou um longo esforço de guerra que se irá prolongar até 1974. Ou seja, confrontado com a onda de independências que percorre o continente africano neste período – com os famosos "ventos de mudança" anunciados pelo primeiro-ministro britânico Harold Macmillan – o Estado Novo reagiu defensivamente e decidiu lutar até ao fim pela manutenção dos seus territórios coloniais.

Um pouco mais tarde, um novo foco de mal-estar entre os dois países surgiria com a nova política adoptada pelo governo americano em relação à venda de armas a Portugal. Os EUA proibiram a venda de armamento a qualquer dos lados em conflito mas, por outro

lado, fizeram todo o possível para que Portugal não desviasse para África o equipamento militar a que tinha direito, no âmbito da NATO (o que, de facto, acontecia). Estas novas directrizes foram comunicadas oficialmente ao governo português em Agosto de 1961. (Rodrigues, 2004)

Chegamos assim ao mês de Setembro, quando Kennedy apresenta o seu primeiro discurso na Assembleia da ONU, como Presidente dos EUA. Como vimos nesta Parte - em III. 3. 1. e III. 3. 2. - neste conturbado ano de 1961, Kennedy e os EUA representavam simultaneamente, a liderança e a esperança do mundo ocidental na luta contra o avanço do bloco comunista, mas também, uma nova visão estratégica do mundo, que apoiava o direito de todos os povos à sua auto-determinação e incentivava o fim dos grandes impérios coloniais, tal como tinham sobrevivido até à II Guerra Mundial.

É neste contexto de grande complexidade de interesses e limitações que a imprensa portuguesa vai noticiar o primeiro discurso de Kennedy na Assembleia Geral da ONU.

III. 3. 3. Análise comparativa das traduções

III. 3. 3. 1. Diário da Manhã e Diário de Notícias - 26 Set 61¹⁹

Diário da Manhã²⁰

Artigo com início na 1.ª página e continuação na página 7.

Na 1.ª página surge no canto inferior direito, com um título destacado e largura a três colunas com quatro parágrafos. Na página 7 ocupa as três colunas centrais quase até ao fim da página, com título destacado e comportando 17 parágrafos. Não tem fotografias em nenhuma das páginas.

Diário de Notícias²¹

Artigo com início na 1.ª página e continuação na página 6.

¹⁹ Ver Anexo M - Tabela Comparativa.

²⁰ Ver Anexos J1 - Reprodução da Página e J2 - Transcrição do Artigo Analisado.

²¹ Ver Anexos L1 - Reprodução da Página e L2 - Transcrição do Artigo Analisado.

Na 1.^a página surge num quadrado na metade superior da página, com um título destacado e outro secundário e uma fotografia de Kennedy. Tem cinco parágrafos.

Na página 6 surge ao cimo da página, mais à esquerda, com um título destacado. O espaço total ocupado é cerca de um terço da página, com 19 parágrafos relativos ao discurso em si e mais sete, referindo-se a reacções ao discurso e a outros assuntos respeitantes à ONU.

Optámos por uma análise paralela destes dois artigos por constatararmos que apresentam exactamente o mesmo texto, com as mesmas frases, palavras e citações, variando por vezes a localização de um ou outro parágrafo ou havendo pequenas substituições de termos.

Sendo a semelhança tão óbvia, concluímos que o texto terá sido recebido através da mesma agência noticiosa e reproduzido quase integralmente pelos dois periódicos, embora o *Diário da Manhã* refira como fontes apenas a portuguesa ANI e a francesa France Press, enquanto o *Diário de Notícias* refere, para além destas duas, também a britânica Reuters.

O mais provável é que o texto tenha sido disponibilizado pela ANI, já em tradução portuguesa, uma vez que a sua construção sintáctica é exactamente igual na maioria dos parágrafos.

Temos assim que, nas primeiras páginas dos dois jornais, encontramos traduzidos os mesmos parágrafos do discurso:

(P4) - «trégua no terror»

(P13) - a ameaça nuclear

(P17) - desafio à URSS para uma corrida à paz

(P29) - os seis pontos do plano de desarmamento

Para além destes, o DM tem ainda na primeira página referência a **(P19)** - fiscalização do desarmamento por uma organização internacional (que o DN também tem, mas na página 6).

Em suma, vários parágrafos relacionados com o tema do desarmamento foram puxados para abrir os artigos. Em ambos, foram acrescentadas ideias que não estão presentes no discurso: estas adições enfatizam a autoridade do orador - «pediu a

nomeação imediata» - e desacreditam o Outro, atribuindo-lhe uma responsabilidade que não é explícita no discurso - «inteiramente provocada pela União Soviética».

Por outro lado, o DN (ainda na primeira página) acrescenta um pormenor que, curiosamente, não existe no DM: a expressão «O chefe de Estado americano começou por dizer (...)» não corresponde à verdade pois este parágrafo é apenas o 13º do discurso e não o primeiro.

O DN inicia o texto da página 6 com um resumo dos capítulos do discurso, referindo que foram 11 mas só identificando cinco deles - o primeiro relativo à substituição do secretário-geral e os outros quatro sobre as propostas para o desarmamento e a suspensão do nuclear. Este resumo é introduzido pelo subtítulo «As propostas de Kennedy», o que dá a entender que as restantes serão irrelevantes em relação a estas, remetendo-as para um plano secundário.

Neste texto comum, que foi utilizado pelos dois periódicos para noticiar o discurso de Kennedy na ONU, encontramos evidências, por um lado, de uma clara estratégia de legitimização (do Presidente Kennedy, em representação simbólica do bloco ocidental) e deslegitimização (da URSS, como representante simbólica do bloco de Leste) e, por outro, também de uma estratégia de dissimulação.

A deslegitimização é clara, por exemplo, quando a tradução nomeia explicitamente a URSS mas tal não é feito no discurso - ver **(P27)(UT1)** do discurso, **(J[7]1) (IF1)** do DM e **(J[6]3) (IF1)** do DN. O discurso refere-se a «others», enquanto o DM refere «a U.R.S.S.» e o DN refere «a União Soviética».

Outro exemplo é que, no texto de ambos os artigos, o tema de Berlim surge a seguir ao da liderança da ONU e é apresentado como sequencial - «Passando a tratar do problema de Berlim...» - quando no discurso não o é. O tema de Berlim é, na verdade, o último tema importante abordado pelo orador no seu discurso, imediatamente antes da conclusão com um apelo à paz global.

Os parágrafos **(P50)** a **(P56)** - sobre Berlim - são traduzidos quase integralmente em discurso directo, dando-lhes uma relevância de tema principal, só comparável à do tema do desarmamento. Através do destaque que é dado a este tema e aos argumentos do orador há, mais uma vez, uma legitimização das posições ocidentais, ao mesmo tempo que se

pretende uma deslegitimação da URSS, expondo os argumentos para a sua representação negativa como interveniente neste assunto.

Finalmente, a conclusão dos artigos também aponta para uma função de legitimação da posição ocidental, em plena época da Guerra Fria, dando grande ênfase à posição e às crenças do orador - o presidente Kennedy - através de meios expressivos como «observou com solenidade» **(P57)**, «repetiu o juramento» (facto exterior ao discurso) (P58) ou «conclusão suplicante» **(P61)**.

Dos cinco parágrafos de conclusão do discurso, o DM traduz dois - **(P57) (P58)** - e o DN os mesmos dois e mais um - **(P61)**.

O DN reorganiza os três parágrafos, colocando **(P61)**, que é o último parágrafo do discurso, como penúltimo no artigo. Os dois jornais usam o mesmo parágrafo (P58) para fechar os respectivos artigos.

Em relação à estratégia de dissimulação, ele é patente entre os parágrafos **(P36)** e **(P41)**, onde o discurso aborda explicitamente os temas da autodeterminação e do colonialismo. As frases traduzidas são escolhidas cuidadosamente e ficam de fora ideias como o desenvolvimento dos países mais pobres, o direito à igualdade política e económica entre nações, a caracterização dura do colonialismo como forma de exploração e subjugação dos fracos pelos fortes.

É especialmente salientado o facto de a auto-determinação ainda não ter sido aplicada aos países «dependentes» da URSS (desviando o foco do continente africano) mas, neste mesmo parágrafo **(P41)**, são eliminadas as características das ditaduras neles impostas (em tudo semelhantes às do regime que se vivia em Portugal, nesta altura): «*only one party and one belief--which suppresses free debate, and free elections, and free newspapers, and free books and free trade unions--and which builds a wall to keep truth a stranger and its own citizens prisoners*».

Outro pormenor interessante é o da tradução em discurso directo de **(P39)** sobre o apoio dos EUA à maré de auto-determinação. Dizem os artigos: «processo dinâmico e pacífico da passagem das nações do Estatuto de Colónia para o de parceiro com direitos iguais»; refere-se claramente o «Estatuto de Colónia» (embora curiosamente o DM grafie a expressão com maiúsculas iniciais e o DN não) e traduz-se «*partnership of equals*» por

«parceiro com direitos iguais» em vez de «parceria entre iguais», alterando o estatuto de importância e independência que o discurso pretende dar a estes territórios.

De lembrar que, segundo a doutrina oficial, Portugal não tinha colónias e sim províncias ultramarinas, pelo que a sua posição moral nesta discussão seria a de que ela não se aplicava a si nem aos seus territórios. (Ver Parte II. 2.)

Tendo em conta as características do discurso político como tipo de texto (vistas na Parte I. 1.), particularmente as que lhe atribuem um nível de comunicação persuasivo, desencadeador de comportamentos, foi sem surpresa que constatámos uma significativa maioria de actos de fala directivos e compromissivos neste discurso do Presidente Kennedy. No contexto em que surgiu, este é um discurso carregado de intencionalidade, que pretende alterar o rumo político e estratégico mundial (ver Parte III. 3. 1.), tanto através de apelos aos seus interlocutores (actos directivos - (J[1]2), (J[1]5), (J[6]11), entre outros), como de promessas e compromissos por parte do seu orador (actos compromissivos- (J[6]9), (J[6]12), (J[6]15), entre outros).

III. 3. 3. 2. Diário de Lisboa - 25 Set 61²²

Artigo completo na 1.ª página, ocupando o quarto superior esquerdo. Com nove parágrafos e uma fotografia de Kennedy. O título principal fala do desmantelamento das armas nucleares e tem dois subtítulos referindo os temas do desarmamento e da crise de Berlim. A fonte da notícia é a agência noticiosa britânica Reuters (R).

Os nove parágrafos da notícia estão organizados da seguinte maneira: os primeiros quatro referem-se ao tema do desarmamento (4.º tema do discurso); o quinto parágrafo fala do 2.º tema (substituição do falecido secretário-geral); o sexto e o sétimo referem-se respectivamente à crise de Berlim (9.º e penúltimo tema) e às conclusões sobre o futuro da humanidade (conclusão do discurso). Finalmente, o oitavo e nono parágrafos do artigo abordam o tema do colonialismo de forma sucinta e seca, transmitindo a impressão de que estão já fora do alinhamento do artigo.

²² Ver Anexos N1 - Reprodução da Página, N2 - Transcrição do Artigo Analisado e N3 - Tabela Comparativa.

As sucessivas eliminações realizadas neste artigo contribuem para valorizar a importância do tema do desarmamento, não permitindo que outros temas do discurso se tornem, eles mesmos, mais interessantes ou importantes para os receptores da notícia. São totalmente eliminados os temas sobre a criação de um corpo de manutenção da paz da ONU - **(P30)** a **(P32)** - sobre a conquista do espaço - **(P33)** a **(P35)** - e sobre o colonialismo e a auto-determinação dos povos - **(P38)** a **(P41)**, excepto duas breves frases.

Toda a estrutura discursiva do artigo vai no sentido de enfatizar a posição, poder, autoridade e superioridade moral do Presidente dos EUA, uma vez que ele não assume apenas o papel de presidente do seu país, mas também de «representante» das ideologias e crenças do bloco ocidental, como seu líder implícito. Este posicionamento do artigo revela-se na repetida atribuição de actos de fala directivos e assertivos ao orador, especialmente através da tradução de citações em discurso directo. Alguns exemplos disto são: o parágrafo **(J[1]4)**, que apresenta a tradução do plano de desarmamento proposto por Kennedy em **(P29)**. Este plano é integralmente traduzido e em todos os pontos propostos (seis) é usado o imperativo «deve» ou «devem», dando um carácter bastante mais directivo às propostas do que o faz o próprio original. Também em **(J[1]2)** e **(J[1]3)**, que traduzem respectivamente **(P13)(UT2)** mais **(P20)(UT1)** e **(P23)**, é utilizado o imperativo «devem», reforçando a importância das medidas propostas.

Em relação ao colonialismo e auto-determinação, como já vimos, é traduzida apenas a ideia de que Kennedy concorda com aqueles que dizem que o colonialismo é um tema importante a debater e que deve estender-se o livre plebiscito a todas as partes do globo. Desta forma, é dissimulada não só a veemência com que o orador abordou o assunto, mas também a importância e a visibilidade que este tema vinha a ganhar nos fóruns internacionais.

Além disso, nesta altura a posição oficial do regime era a de que a questão do colonialismo não se aplicava aos territórios portugueses que, desde 1951, tinham o estatuto de províncias ultramarinas (ver Parte III. 3. 2.).

III. 3. 4. Conclusões

Como conclusão relativa à análise dos três periódicos que abordaram o discurso do Presidente Kennedy na ONU, a 25 de Setembro de 1961, diremos que o facto que começou por nos chamar a atenção foi o de dois dos jornais terem utilizado um mesmo texto, de forma idêntica, enquanto o terceiro diferia completamente deles.

O *Diário de Lisboa* apresenta um artigo mais sucinto e logo na sua edição do dia em que o discurso foi proferido, a 25 de Setembro, usando como fonte a informação fornecida pela agência britânica Reuters. O *Diário da Manhã* e o *Diário de Notícias* só noticiam o discurso no dia seguinte, 26 de Setembro, e utilizando o mesmo texto fonte (seguramente, o texto enviado pela agência noticiosa portuguesa ANI aos vários meios de comunicação). Nesse mesmo dia 26, o *Diário de Lisboa* já não traz referência nenhuma ao assunto do discurso.

O facto de o *Diário de Lisboa* referir apenas a Reuters como fonte da notícia, levamos a considerar que a sua tradução terá sido feita pelo próprio jornalista do DL, ao contrário do que aconteceu nos outros dois jornais.

Tendo em conta a tendência ideológica do jornal (ver Parte II. 2.) e os procedimentos instituídos da Censura (*idem*), provavelmente estaremos em presença de uma situação de coerção em que a função estratégica da Eliminação sucessiva de temas e parágrafos do discurso é evitar que determinada informação chegue aos leitores e crie contradições na agenda política do momento, em que Portugal se debatia com o início da guerra em Angola e com dificuldades diplomáticas com a Índia, por causa dos territórios portugueses existentes naquele país.

Além disso, para percebermos que mesmo um jornal de tendência oposicionista pouco espaço tinha nesta altura para sugerir a discussão aberta da auto-determinação dos povos dos «províncias ultramarinas», é necessário ter em conta que, em Setembro de 1961, a sociedade portuguesa ainda se encontrava sob a influência do choque dos massacres de 15 de Março em Angola e uma larga maioria apoiava a decisão do governo de «partir para Angola rapidamente e em força» (Salazar, a 13 de Abril de 1961). É também relevante o facto de, a partir de então, ter passado a existir uma vigilância redobrada e mais inflexível por parte da Censura e da PIDE (ver Parte II. 2.).

CONCLUSÃO E REFLEXÕES FINAIS

No início desta dissertação demos conta de que a nossa investigação iria procurar responder à seguinte pergunta exploratória:

será que a tradução e publicação na imprensa de discursos políticos estrangeiros referentes ao tema do colonialismo - assunto sensível à sobrevivência do regime a partir dos anos 60 - eram influenciadas pela existência da Censura e da sua inerente manipulação da informação?

A nossa hipótese era a de que o contexto político específico de chegada - caracterizado, como já dissémos, por ditadura e conseqüente Censura - teria influenciado de facto a forma como a tradução dos discursos políticos referentes ao tema do colonialismo era apresentada na imprensa.

Em suma, pretendíamos demonstrar, na prática, para a tradução do discurso político na imprensa, aquilo que a teoria já afirma relativamente à imprensa noticiosa e à literatura em geral: que, em regimes de ditadura, quando os temas são sensíveis para a boa manutenção dos mesmos, a interferência da Censura é inevitável.

Assim, ao longo das várias etapas desta investigação, verificámos primeiro que, no fim dos anos 50 e início dos anos 60, o colonialismo e a auto-determinação dos povos eram uma das questões políticas e estratégicas mais importantes internacionalmente, em especial no contexto da Guerra Fria. As potências coloniais procuravam posicionar-se de forma a que a perda da soberania sobre as antigas colónias fosse substituída por uma influência estratégica e pela manutenção de boas relações económicas com esses novos países. Além disso, os blocos do Ocidente e do Leste, baseados em dois sistemas político-económicos irreconciliáveis - respectivamente, o capitalismo e o comunismo - degladiavam-se para captar para a sua órbita de influência todos os novos países que entretanto iam conquistando a sua independência.

Mostrámos de seguida que os discursos escolhidos foram dois dos mais importantes discursos políticos da época, pois ambos surgiram com alcance internacional, provando que duas das grandes potências ocidentais da altura - a Grã-Bretanha e os EUA - estavam dispostas a tomar novas orientações políticas para o futuro, no que se referia à aceitação e integração de novos países no xadrez mundial.

Referimos também que, de todos os grandes impérios coloniais - Inglaterra, França, Holanda e Portugal - Portugal foi o único que rejeitou liminarmente quaisquer ideias de autonomização ou independência dos territórios colonizados. Vimos ainda que isto aconteceu porque o país mantinha um regime ditatorial desde 1926, que se mantinha firme devido a um apertado controlo sobre a sociedade e à disseminação de uma ideologia que transformava determinados conceitos em dogmas indiscutíveis, que por sua vez legitimavam e sustentavam o regime, dos quais realçámos «a Nação pluricontinental e multirracial», justificadora da ideia de um conjunto territorial único, indivisível e inalienável.

Neste contexto, ambos os discursos abordavam um assunto que se tornara muito sensível para a política portuguesa – o colonialismo e o avanço do movimento descolonizador - sendo que ambos defendiam posições que contrariavam totalmente as teses do regime português neste âmbito.

Como mencionámos acima, o regime mantinha-se devido a um apertado controlo sobre a sociedade, de que a Censura era um dos principais instrumentos. Constatámos que a Censura visava diariamente as edições de todos os jornais, controlando e limitando a divulgação de determinados temas na imprensa, que pudessem de alguma forma pôr em causa a ideologia dominante, embora nos tivéssemos apercebido também de que, ainda assim, eram detectáveis (e, em alguns casos, assumidos) posicionamentos ideológicos por parte de alguns periódicos.

Para além da Censura oficial que geria um apertado sistema de controlo da informação e da livre expressão de ideias, confirmámos que tinha também grande relevância a existência na sociedade de uma censura difusa e espontânea, fruto da interiorização, por parte dos indivíduos, dos limites permitidos pelo aparelho censório. Especialmente no caso da imprensa, os próprios jornalistas, ao comunicar a informação (ou opinião) através de textos jornalísticos, antecipavam a eliminação de conteúdos que sabiam não passar no crivo da Censura oficial.

Contudo, a imprensa, na sua diversidade controlada, encontrava forma de utilizar os instrumentos ao seu dispor para manipular a informação, ocultando-a ou deturpando-a (quando apoiava o regime) ou expondo-a e disseminando-a (quando se opunha ao regime). Isto era feito através da manipulação do discurso jornalístico, que oscilava entre géneros

informativos - que se esgotavam no nível semântico-sintático - e géneros operativos - onde um nível persuasivo podia ser detectado sob o nível semântico-sintático presente. Detectámos ainda que este nível persuasivo surgia normalmente sob a forma de reorganizações do discurso, adições e eliminações, implicações e estruturas discursivas apelativas, legitimadoras ou descredibilizadoras.

Neste contexto, pudemos verificar que também a tradução era utilizada como instrumento de recontextualização e manipulação de ideias. Quando os discursos em causa chegaram a Portugal e houve que retransmiti-los no contexto interno, através da imprensa, desencadeou-se todo um processo de reorganização que acabou por conseguir limitar com sucesso o impacto que uma divulgação livre e integral teria tido.

Toda a informação que podia afrontar directamente o regime desapareceu. Relativamente ao tema específico do colonialismo e da auto-determinação, todas as ideias presentes nos discursos que defendiam estes processos, lhes atribuíam características positivas ou os descreviam como inevitáveis, foram eliminadas ou retransmitidas de forma a perder o impacto e credibilidade que poderiam suscitar.

No caso de periódicos de tendência oposicionista, a utilização de descrições expressivas de contextos e estados emocionais serviu para implicar a importância com que os discursos foram recebidos nos contextos de partida.

As citações directas e a atribuição de actos de fala directivos e compromissivos aos oradores, utilizando excertos da tradução, tiveram também funções estratégicas de resistência, dissimulação ou legitimação, consoante a mensagem que cada periódico pretendia transmitir, dentro do contexto em que se encontrava (1960 ou 1961) e tendo em conta os seus condicionalismos próprios.

Ao concluirmos este trabalho que nos levou a estudar a influência dos contextos de poder na imprensa portuguesa, no que se refere à tradução e publicação de discursos políticos - embora, por razões funcionais, tenhamos limitado a investigação a um período muito específico do século XX - concluímos que, de facto, é possível detectar uma interferência dos mecanismos censórios, oficiais e difusos, no processo de recontextualização que é a tradução.

Diversas possibilidades se foram revelando ao longo deste estudo, em termos de novas e mais aprofundadas investigações. Assim, gostaríamos futuramente de explorar questões como: alargamento da base de sustentação destas conclusões, através da análise mais extensiva dos periódicos existentes; existência de provas físicas da interferência da Censura na tradução do discurso político, através do estudo de documentos comprovativos dessa actividade; aprofundamento do papel intermediário das agências noticiosas, especialmente das portuguesas, na tradução e retransmissão dos discursos; redefinição e alargamento das variáveis teóricas a utilizar na análise das traduções, nomeadamente no que respeita à manipulação da linguagem, às funções do mesmo discurso político em diferentes contextos ou às estratégias utilizadas para detectar intencionalidade, tanto nos discursos como na(s) sua(s) recontextualização(ões).

Estamos em crer que esta área de investigação, para além do seu intrínseco valor académico, poderá contribuir, num futuro próximo, para uma melhor compreensão dos mecanismos de persuasão, manipulação e influência dos agentes políticos sobre a sociedade, permitindo aos cidadãos um maior esclarecimento e opções de cada vez maior qualidade democrática e cívica.

BIBLIOGRAFIA

Fontes primárias

«KENNEDY APRESENTOU NA O.N.U. UM NOVO PLANO DE DESARMAMENTO (...)» Diário de Notícias, 26 Setembro 1961:1,6

Kennedy, John F. «Address at United Nations General Assembly». *John F. Kennedy Presidential Library and Museum*. Web. 01 Set 2012 <<http://www.jfklibrary.org/JFK/Historic-Speeches.aspx>>

«Kennedy propôs na O.N.U. que se desmontem as armas nucleares (...)» Diário de Lisboa, 25 Setembro 1961:1

«Mac Millan considera indispensável encontrar um terreno de entendimento (...)» Diário de Notícias, 04 Fevereiro 1960:1,5

«MACMILLAN e a política do “apartheid”» Diário da Manhã, 06 Fevereiro 1960:3

«MACMILLAN EM ÁFRICA: (...)» Diário da Manhã, 05 Fevereiro 1960:3

Macmillan, Harold. «Wind of Change». Web. 01 Set 2012 <http://en.wikisource.org/wiki/Winds_of_Change>

«MacMillan manifestou à Africa Negra o apoio da Inglaterra» Diário de Lisboa, 06 Fevereiro 1960:1,16

«NÃO PODEMOS DEIXAR QUE DESAPAREÇA A LIBERDADE DOS HABITANTES DE BERLIM (...)» Diário da Manhã, 26 Setembro 1961:1,7

Fontes Secundárias

Afonso, Aniceto. «A guerra colonial», *História de Portugal*, volume O Estado Novo II. Dir. João Medina. Amadora: Ediclube, 1985:333-356.

Afonso, Aniceto e Carlos de Matos Gomes. *Os Anos da Guerra Colonial*. Porto, Quid Novi, 2010.

Al-Taher, Mohammad Anwar. *The Translation of Intertextual Expressions in Political Articles*. Ph.D. Thesis, University of Salford, Manchester, 2008. Web. 01 Set 2012 <<http://usir.salford.ac.uk/2196/>>

Arons de Carvalho, Alberto. *Que País? A Censura e as Leis de Imprensa*. Lisboa, Seara Nova, 1973.

Arrojo, Rosemary. «The Revision of the Traditional Gap between Theory & Practice & the Empowerment of Translation in Postmodern Times», *The Translator: Volume 4, Number 1*. Manchester, St. Jerome Publishing, 1998.

Austin, J. L. *How To Do Things With Words*. London, Oxford University Press, 1962.

Baker, Mona. *In Other Words: a Coursebook on Translation*. London, Routledge, 1992.

Baptista, Jacinto. *Caminhos para uma Revolução*. Lisboa, Livraria Bertrand, 1975.

Bernardo, Ana Maria Garcia. *A Tradutologia Contemporânea: Tendências e Perspectivas no Espaço de Língua Alemã*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2009.

Bernardo, Ana Maria. «Tipo, género e espécie de texto. Para uma classificação textual relevante para a tradução». (no prelo)

Cervelló, Josep Sánchez, «Da Guerra em Angola à Queda da Índia», *Os Anos da Guerra Colonial*, Ed. Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes. Porto, Quid Novi, 2010:96-105.

«English History», *Encyclopaedia Britannica*, volume 8. sl, William Benton Publisher, 1971:537P-537R.

Fawcett, Peter. *Translation and Language, Linguistic Theories Explained*. Manchester, St. Jerome Publishing, 1997.

Fonseca, Wilton. *À Sombra do Poder: a História da Lusitânia 1944-1974*. Lisboa, Ed. Memórias do Tempo, 1995.

Hatim, Basil and Jeremy Munday. *Translation: An Advanced Resource Book*. London, Routledge, 2004.

House, Juliane. *Translation Quality Assessment, A Model Revisited*. Gunter Narr Verlag Tübingen, 1997.

Lefevere, André. *Translation, Rewriting and the Manipulation of Literary Fame*. London/New York, Routledge, 1992.

Lemos, Mário Matos e. *Jornais Diários Portugueses do Século XX: um Dicionário*. Coimbra, Ariadne Editora, 2006.

Lima, José Pinto de. *Pragmática Linguística*. Lisboa, Editorial Caminho, 2006.

Lopes, Norberto. *Visado pela Censura*. Lisboa, Editorial Aster, 1975.

Medina. João (dir). *História de Portugal*, volume O Estado Novo I. Amadora, Ediclube. 1985.

Merkle, Denise. «External and Internal Pressures on the Translator: Relationship to Censorship». 2004. *International Comparative Literature Association*. Web. 01 Set 2012 <www.aiclc-icla.org/2004/Denise%20Merkle.doc>

Obama, Barack. «A Just and Lasting Peace. Barack Obama Nobel Prize Acceptance Text, as prepared for delivery and provided by the White House». *Los Angeles Times*, December 10, 2009. Web. 01 Set 2012 <<http://latimesblogs.latimes.com/washington/2009/12/barack-obama-nobel-peace-prize-speech-text.html>>

Quentel, Gilles. *The Translation of a Crucial Political Speech: G. W. Bush' State of the Union Address 2003 in Le Monde*. Warwick, University of Warwick, Centre for the Study of Globalisation and Regionalisation, 2006. Web. 01 Set 2012 <<http://www2.warwick.ac.uk/fac/soc/csgr/research/workingpapers/2006/wp20406.pdf>>

Reiss, Katharina. *Translation criticism, the potentials and limitations: categories and criteria for translation quality assessment*. Manchester, St. Jerome Publishing, 2000.

Rocha, M. O. Estanqueiro. «Portugal Democrático e o Atlantismo», *mneme*, revista de humanidades, Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil, vol. 10, n.º 26, jul/dez 2009.

Rodrigues, Adriano Duarte. «Pragmática». *E-Dicionário de Termos Literários de Carlos Ceia*. Web. 01 Set 2012

<http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com_mtree&task=viewlink&link_id=387&Itemid=2>

Rodrigues, Luís Nuno. «Os Estados Unidos e a Questão Colonial Portuguesa na ONU (1961-1963)», *Portugal, os Estados Unidos e a África Austral*, Coord. Manuela Franco. Lisboa, IPRI/Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, 2006:61-100.

Rodrigues, Luís Nuno. «"Orgulhosamente Sós"? Portugal e os Estados Unidos no início da década de 1960». Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI). 2004. Web. 01 Set 2012 <<http://www.ipri.pt/investigadores/artigo.php?idi=8&ida=140>>

Rosa, Alexandra Assis. «Politicamente só existe o que o público sabe que existe», *Traduzir em Portugal durante o Estado Novo*, Ed. Teresa Seruya e M^a Lin Moniz. Lisboa, Universidade Católica Editora, 2009:115-136.

Rosas, Fernando. «Estado Novo», *Grande Dicionário Enciclopédico Ediclube*, tomo 8, Alfragide, Ediclube, sd:2435-2436.

Rosas, Fernando. «O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo», *Análise Social*, vol. XXXV (157), 2001:1031-1054.

Schaffner, Christina. «Political Discourse Analysis from the Point of View of Translation Studies», *Journal of Language and Politics*, 3:1, Ed. Ruth Wodak. Amsterdam, John Benjamin Publishing Company, 2004:117-150.

Schaffner, Christina. «Politics and Translation», *A Companion to Translations Studies*, ed. Kuhiwczak and Littau. Clevedon, Multilingual Matters Ltd, 2007:134-147.

Schaffner, Christina, and Susan Bassnett, eds. *Political Discourse, Media and Translation*. Cambridge, Cambridge Scholars Publishing, 2010.

Seruya, Teresa, e Maria Lin Moniz, Ed. *Translation and Censorship in Different Times and Landscapes*. Cambridge, Cambridge Scholars Publishing, 2008.

Seruya, Teresa, Maria Lin Moniz e Alexandra Assis Rosa, Org. *Traduzir em Portugal durante o Estado Novo*. Lisboa, Universidade Católica Editora, 2009.

Silva, Sónia M. P. da. «Contributo para uma História das Agências Noticiosas Portuguesas». *Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação*, 2002. Web. 01 Set 2012

<<http://bocc.ubi.pt/pag/silva-sonia-agencias-noticiosas-portugal.pdf>>

Sousa, Jorge Pedro. *Elementos de Jornalismo Impresso*. Porto, Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação, 2001. Web. 01 Set 2012 <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>>

Sousa, Jorge Pedro. «Uma Historia do Jornalismo em Portugal até ao 25 de Abril de 1974». *Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação*, 2008. Web. 01 Set 2012 <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-uma-historia-do-jornalismo-1974.pdf>>

Tymoczko, Maria, and Edwin Gentzler, Eds. *Translation and Power*. Amherst, University of Massachusetts Press, 2002.

«United States (of America) - The Decade of the 1960s», *Encyclopaedia Britannica*, volume 22. sl, William Benton Publisher, 1971:687-688

Van Dijk, Teun. «Politics, Ideology and Discourse», *Elsevier Encyclopedia of Language and Linguistics*, volume on Politics and Language, Ed. Ruth Wodak. Netherlands, Kluwer Academic Publishers, 2005:728-740.

Van Dijk, Teun. «Discourse and Manipulation», *Discourse and Society*, 17(2). London, Sage Publications, 2006:359-383.

Williams, Jenny and Andrew Chesterman. *The Map*. Manchester, St. Jerome Publishing, 2002.

Wodak, Ruth. «Language and Ideology», *Journal of Language and Politics* 6:1, Ed. Ruth Wodak. Amsterdam, John Benjamins Publishing Company, 2007:1-5.

Yule, George. *Pragmatics*. Oxford, Oxford University Press, 1996.